



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEILA PIRES

**TEORIA DOS CICLOS: RETRAÇÃO E EXPANSÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA. UM ESTUDO DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL**

CAXIAS DO SUL
2020

LEILA PIRES

**TEORIA DOS CICLOS: RETRAÇÃO E EXPANSÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA. UM ESTUDO DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul com pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Sob orientação da Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

CAXIAS DO SUL

2020

LEILA PIRES

**TEORIA DOS CICLOS: RETRAÇÃO E EXPANSÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA. UM ESTUDO DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL**

Monografia II apresentada como requisito a aprovação na Disciplina de Monografia II do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul

Sob orientação da Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

CAXIAS DO SUL

2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela vida que me deu, pela força, ainda que por momentos difíceis e muitas dificuldades nunca me deixou desistir.

Quero agradecer a mim pela persistência, por nunca ter deixado de sonhar e acreditar que era sim possível chegar longe e realizar um sonho.

A minha família, meus pais Altimir e Izabel e meus irmãos Cleverson e Jefferson e ao meu sobrinho Nathan, que sempre acreditaram em mim e me motivaram sempre que possível. Devo a minha conquista também a eles.

Aos meus professores, que ao longo desses anos, transmitiram tanto conhecimento e aprendizado para que esse momento pudesse se realizar. Um agradecimento especial à minha orientadora Prof. Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, por toda a atenção e competência durante todo esse período de orientação.

Aos meus colegas de faculdade, em especial Letícia e Monalise, pela amizade e apoio por todos esses anos

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma ou de outra me deram forças para realizar esse sonho.

RESUMO

A história do mundo é marcada por ciclos econômicos, vários períodos de recessão e crescimento da economia fazem parte da história no mundo civilizado. A sociedade sofre com crises econômicas pois há desemprego e pobreza. Quando a economia está em ascensão contribui muito para a qualidade de vida da sociedade. O presente trabalho tem por objetivo verificar qual a influência dos ciclos econômicos brasileiros na cidade de Caxias do Sul. O trabalho dividiu-se em capítulos. O primeiro capítulo é o introdutório. O segundo aborda conceitos de ciclos econômicos, suas fases de recessão e expansão e duração de cada ciclo, também aborda algumas variáveis que influenciam o ciclo. No terceiro capítulo, apresentou-se as várias fases econômicas do Brasil desde 1930 a Era Vargas até meados de 2015, seus períodos de crise e de crescimento econômico e pleno emprego. No quarto capítulo desenvolve-se um estudo dos ciclos econômicos de Caxias do Sul, e buscou-se compreender se a Cidade de Caxias do Sul sofre influência significativa da economia brasileira e quais seriam os impactos. Identifica-se então que a Cidade de Caxias do Sul sofre uma influência significativa em sua economia através dos ciclos brasileiros, no entanto, sofre pouco impacto por ser uma economia forte e diversificada.

Palavras-chave: Ciclos Econômicos. Depressão. Crise Econômica. Crescimento Econômico. Economia Brasileira. Caxias do Sul. Economia de Caxias do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Como funcionam os ciclos econômicos	18
Figura 2- Política fiscal e o fim da Grande Depressão	20
Figura 3- Ciclo Econômico	27
Figura 4- Núcleo urbano primitivo de Caxias do Sul	51
Figura 5- Vista panorâmica do centro de Caxias em 1918.....	52
Figura 6- Exportações de Caxias do Sul em 1908	58
Figura 7- Exportações de Caxias do Sul 1914-1916.....	59
Figura 8- Exportações de Caxias do Sul 1922-1928.....	60
Figura 9- Índice do PIB a preços constantes.....	67
Figura 10- Valor Adicionado Bruto (2007-2017).....	70
Figura 11- Produto Interno Bruto a preços correntes 1999-2017	70
Figura 12- Variação % do PIB do Brasil 2009-2019.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produto e Inflação (1961-1965).....	33
Tabela 2- Produto e Inflação (1964-1968).....	36
Tabela 3- Produto- taxas de crescimento (1968-1973)	36
Tabela 4- Taxa de inflação (1968-1973)	38
Tabela 5- Taxa de inflação (1981-1984)	39
Tabela 6- PIB dos municípios do Rio Grande do Sul	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Indicadores (1930-1945)	31
Quadro 2- Taxa de inflação Brasil	43
Quadro 3- Composição da atividade industrial em Caxias do Sul – produção industrial (1948).....	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES	9
1.2.1	Hipótese Principal	9
1.2.2	Hipóteses Secundárias	9
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	10
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	11
1.4.1	Objetivo Principal	11
1.4.2	Objetivos Secundários	11
1.5	METODOLOGIA.....	11
2	ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE CICLO ECONÔMICO	13
2.1	TEORIA DOS CICLOS	13
2.1.1	As teorias de Keynes	19
2.1.2	Teoria Schumpeteriana sobre os Ciclos	21
2.2	TIPOS DE CICLOS E CLASSIFICAÇÃO	22
2.2.1	Variáveis do Ciclo	25
3	A HISTÓRIA DO BRASIL E SEUS CICLOS	29
3.1	DOS ANOS 30 ATÉ A ERA VARGAS	29
3.2	A CRISE DOS ANOS 60	32
3.3	O GOVERNO MILITAR	35
3.3	A DÉCADA PERDIDA E A CRISE DO PETRÓLEO (1974-1984)	37
3.4	O PROCESSO INFLACIONÁRIO BRASILEIRO E O PLANO REAL	40
3.5	A CRISE DE 2008	44
3.6	A CRISE DE 2014 E O GOVERNO DILMA.....	45

4	O IMPACTO DOS CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL	48
4.1	HISTÓRIA DA CIDADE	48
4.2	PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL .	53
4.2.1	Evolução agrícola e a produção e comercialização do vinho	54
4.2.2	Industrialização	60
4.2.3	Contexto político-econômico nacional.....	65
4.4	ECONOMIA DA CIDADE NO SÉCULO XXI.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

O estudo dos ciclos é algo que gera curiosidade ainda nos dias de hoje. Desenvolveu-se interesse nesse tipo de pesquisa por economistas mais precisamente a partir do século XX com a crise de 1929. Procurou-se compreender se existem variáveis que causam recessão e quais são elas, a fim de poder melhorar a qualidade econômica da sociedade e suavizar os ciclos, ou seja, fazer com que os períodos de recessão sejam menores e os períodos de expansão maiores e prolongados. Pois um período longo de recessão causa efeitos devastadores em uma economia.

A economia da cidade de Caxias do Sul é uma das mais importantes do Estado e já chegou a ser a primeira economia do Estado. Gera empregos, sobrevive por si só, mas encontra muitas dificuldades para sobreviver pois é dependente de fatores econômicos nacionais para ser impulsionada ou não. Geralmente acompanha a economia nacional conforme verificou-se.

Diante do exposto, o presente trabalho procura analisar a teoria dos ciclos, a Economia Brasileira e seus ciclos e suas fases de expansão e recessão aplicada à cidade de Caxias do Sul

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Geralmente um ciclo é composto por um período de expansão, depois recessão e em seguida depressão, e depois um novo movimento de recuperação econômica que tenderá a iniciar o mesmo processo. São flutuações naturais que de tempos em tempos ocorrem em uma economia, ou seja, nunca será estável o tempo todo.

Cenários de expansão e contração da atividade econômica sempre acontecerão, pois a economia de um país está baseada na produção de bens e serviços de forma agregada. Entender como funcionam estes ciclos e suas

previsões e quais suas variáveis nos farão entender como isso interfere no dia a dia das pessoas.

Com relação aos ciclos do Brasil percebe-se que um dos períodos mais fortes de crescimento brasileiro coincidiu com o período da ditadura militar, com a crise e posteriormente a isso o Brasil entrou na década perdida que se refere ao período de 1981 a 1993 quando o PIB per capita do Brasil encolheu. Também se pode acrescentar um estudo particular sobre a cidade de Caxias do Sul que é importante para a economia Riograndense e seus ciclos econômicos que acompanharam geralmente a economia brasileira.

Diante do exposto este trabalho pretende responder às seguintes questões:

- a) O que são ciclos econômicos?
- b) quais as variáveis que compõe o ciclo econômico?
- c) Na história do Brasil quais ciclos econômicos ocorreram e como?
- c) Como aconteceram os ciclos econômicos na cidade de Caxias do Sul?
- d) Qual a importância da economia de Caxias do Sul para o Estado?
- e) O quanto que o ciclo econômico nacional interfere na economia Caxiense.

1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese Principal

Os ciclos econômicos nacionais, fases de expansão e recessão interferem diretamente e significativamente na economia do município de Caxias do Sul.

1.2.2 Hipóteses Secundárias

- Os ciclos econômicos são alternâncias que acontecem na economia entre períodos fortes e de crescimento, com períodos de baixa e de recessão econômica.
- As variáveis de um ciclo econômico são todos aqueles fatores que podem ser medidos e que influenciam o comportamento do mercado, tanto de forma positiva como negativa.

- Na história do Brasil consegue-se visualizar vários ciclos de retração e expansão.
- Na cidade de Caxias do Sul os ciclos foram acontecendo geralmente acompanhados pelas fases econômicas do Brasil em umas épocas de expansão e recessão.
- O desempenho econômico de Caxias do Sul é importante para a economia do Estado
- As fases dos ciclos nacionais interferem de maneira significativa na economia do município.

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Embora os ciclos econômicos se apresentem periodicamente, cada novo ciclo exibe uma nova peculiaridade. A história da economia se repete, mas sempre com alguma diferença, pois todos os ciclos são consequências de condições anteriores. Por isso é importante entender o que aconteceu na história do Brasil, na história de Caxias do Sul e em sua economia que levou a chegar onde ele está e como se pode projetar algumas perspectivas para o futuro.

Entender as principais razões das alternâncias de prosperidade, crise, depressão e reativação das atividades econômicas no mundo moderno é o primeiro passo para descobrir o processo da atividade econômica, dentro do qual ocorrem os ciclos, tornando um processo de constante mudança. É interessante poder distinguir dentro das sequências dos fenômenos econômicos alguns que são uniformes, e dependendo da regularidade com que ocorrem essas sequências podem servir para previsão do futuro imediato das transações econômicas.

Desta forma o trabalho se justifica por analisar a teoria dos ciclos e a história econômica brasileira e da cidade de Caxias do Sul baseando na hipótese de que variáveis podem interferir diretamente nos ciclos e que apresentam uma relação com taxas de crescimento econômico e desemprego.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Principal

Analisar os ciclos econômicos de expansão e retração da Economia Brasileira, um estudo aplicado à cidade de Caxias do Sul.

1.4.2 Objetivos Secundários

- Apresentar os tipos de ciclos econômicos, duração e os principais períodos de crescimento e recessão.
- Demonstrar as principais variáveis que compõe e que são responsáveis por um ciclo econômico.
- Analisar na história do Brasil os ciclos que ocorreram em determinada época desde a crise de 1930 até os dias atuais.
- Investigar os tipos de ciclos que ocorreram na cidade de Caxias do Sul no mesmo período que o Brasil
- Verificar como os ciclos econômicos nacionais interferem de maneira significativa na economia do município.

1.5 METODOLOGIA

Os caminhos percorridos na jornada do conhecimento caracterizam a pesquisa e a metodologia que se deve utilizar. A análise que se baseia em fatos e dados é que define a sua cientificidade.

Para (Azevedo,2013) o método científico é um processo rigoroso pelo qual são testadas novas ideias de como a natureza funciona. A curiosidade leva a observar com atenção um fato sobre o qual se faz questionamentos e procura-se encontrar respostas.

Estudar faz parte da história de muitos indivíduos. Algumas pessoas passam suas vidas se dedicando a compreender um determinado assunto. Esses

estudiosos dedicam suas existências ao desenvolvimento científico. A busca dos estudos se deve aos mais diferentes objetivos, que vão desde uma criação de uma peça mecânica até grandes descobertas como a cura para muitas doenças. (LOZADA E NUNES, 2018).

O capítulo dois será desenvolvido uma pesquisa teórica descritiva, no qual serão analisadas as teorias econômicas voltadas aos ciclos econômicos e suas principais variáveis.

No capítulo três será utilizado uma pesquisa histórico descritiva relacionando as fases cíclicas econômicas do Brasil, suas fases de expansão e recessão.

Pode-se considerar científico o que é ou possui um objeto de estudo definido, que é passível de comprovação, discutível e interessante. “Assim, o conhecimento científico serve ao propósito mais primordial da ciência: o de servir ao homem para que ele possa conhecer e transformar o mundo, evoluindo constantemente”. Lozada e Nunes (2018, pg.31)

No capítulo quatro será utilizado uma pesquisa histórico descritiva relacionando as fases cíclicas econômicas da cidade de Caxias do Sul com suas principais fases comparadas à economia do Brasil.

2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE CICLO ECONÔMICO

Todas as economias atravessam ciclos de expansão e retração nas suas atividades. Quando a produção e o emprego aumentam observa-se período de expansão e quando o emprego e a produção diminuem têm-se os períodos de retração. Os ciclos da economia afetam diretamente tanto a elevação dos preços (inflação) quanto a quantidade de empregos disponíveis.

Os ciclos econômicos são formados por quatro fases. Segundo (Boyes e Melvin, 2006) a Fase da Expansão que é quando o PIB real cresce, o Pico que marca o final do crescimento, a Retração que é quando o PIB real cai, e a Depressão que marca o final do ciclo e a retomada do crescimento. Os economistas tentam compreender as causas desses fenômenos cíclicos e uma maneira que possa ser suavizá-los ou até mesmo evitar a recessão por causa dos seus efeitos negativos na vida das pessoas.

Diante do exposto, o presente trabalho procura analisar a teoria dos ciclos, a Economia Brasileira e seus ciclos e suas fases de expansão e recessão aplicada à cidade de Caxias do Sul.

2.1 TEORIA DOS CICLOS

As flutuações cíclicas são movimentos da atividade econômica que possuem fases e períodos que excedem a um ano, entre essas fases estão as fases de expansão e retração. Parte delas possuem tendências para subir ou descer, movimentos em direção a períodos longos.

Um movimento de crescimento pode ser resultado de alguns derivados como por exemplo: crescimento da população, crescimento econômico ascendente através da educação, aumento da riqueza acumulada e do capital produtivo, segundo (ESTEY,1965).

Também pode resultar em um fator de não crescimento ou tendência contrária, dependendo de algumas variáveis, como o crescimento da população que pode parar de crescer, guerras e até produtos produzidos que se deixam de produzir quando caem em desuso a produção cai.

Cada ciclo difere dos outros em algum aspecto mesmo sendo parecido um ao outro. Como disse Pigou¹ “todos os ciclos são da mesma família, mas não há dois gêmeos”, segundo (ESTEY, 1965, p.15).

Há muitas causas não periódicas de flutuações como incêndios, tempestades, inundações, desastres naturais, greves, revoluções, guerras, eleições, mudanças legislativas entre outras, que podem fazer os negócios prosperar ou fracassar.

Estey conclui dizendo que:

Em grande parte, este conjunto de variações é o que faz os ciclos econômicos (quando considerados separadamente da tendência e da variação estacional) diferem um do outro. É isto também que torna tão difícil a predição e a previsão das condições econômicas. (ESTEY,1965 p.15)

Mudanças estruturais são as causas essenciais de uma depressão. Essas importantes modificações nos elementos da sociedade econômica podem interferir diretamente no desenvolvimento das mudanças cíclicas e recorrentes.

Estey caracteriza em resumo o que seria no seu entendimento o ciclo econômico:

O grande número de ciclos específicos que aparecem em nossos processos econômicos acham-se claramente interrelacionados. Este “cúmulo de fenômenos inter-relacionados”, para usar a frase de Mitchel², pode definir-se como um **ciclo econômico**. Isto é, os ciclos econômicos são flutuações da atividade econômica geral que surgem do conjunto de flutuações relacionadas entre si de numerosos ciclos específicos.(ESTEY,1965 p.20)

Ou seja, o ciclo é um conjunto de pequenas variações e mudanças que ocorrem na economia em determinados setores específicos, a junção destas mudanças tendem a produzir as flutuações cíclicas, não sendo fenômenos isolados.

Segundo Boyes e Melvin, (2006) o ciclo econômico é caracterizado pela elevação do PIB real seguida de uma queda e costuma se repetir. É importante ressaltar que os períodos de crescimento econômico se alternam com os períodos

¹ Pigou, Arthur Cecil foi um economista inglês.[1] Aluno e sucessor de Alfred Marshall na cátedra de economia política da Universidade de Cambridge (1908-1943), desafiou doutrinas econômicas vigentes e a tradição neoclássica em relação à substituição da ação industrial privada pelo estado

² Mitchel, em 1913, o economista norte-americano Wesley Mitchell publicou em sua obra clássica sobre os ciclos econômicos. Desde então, até a sua morte em 1948, procurou analisar as sequências que ocorrem em todas as reativações econômicas, períodos de prosperidade, crises e depressões.

de retração (ou de recessão) que conseqüentemente equivale a uma queda do PIB real.

O crescimento da economia depende de alguns recursos produtivos, dentre eles estão o capital, a terra, a mão-de-obra e principalmente de avanços tecnológicos. A tecnologia pode aumentar a produtividade dos recursos mesmo que a quantidade de recursos continue a mesma, apenas com o avanço tecnológico. BOYES E MELVIN (2006).

A tecnologia melhora em muito os processos produtivos, principalmente quando se é produzido produtos em larga escala, melhora a produtividade e reduz os custos, isso faz com que a economia cresça.

Mitchell (1984) em seu livro *Os Ciclos Econômicos e suas Causas* ele destaca que as quatro fases do Ciclo Econômico podem ser entendida da seguinte forma: A Acumulação da Propriedade, Como a Prosperidade gera a Crise, A Crise e a Depressão. Afirma que:

Qualquer análise que acompanhe o curso geral dos processos que levam à prosperidade, à crise e à depressão deixa inevitavelmente uma impressão errônea de uniformidade nos ciclos das atividades econômicas. Na realidade, esses ciclos diferem muito quanto à duração, à intensidade, à importância relativa de seus vários fenômenos e à sequência de suas fases. (MITCHELL, 1984 p.147)

Explicar os ciclos é uma tarefa que exige muita observação, as fases de expansão podem estar relacionadas a um aumento da produção sem estar relacionada com a demanda ou talvez o aumento da moeda em circulação, mas quando a demanda é menor que a produção haverá sempre o desemprego.

Para Mitchel (1987,pg.148) "Não há dois períodos de prosperidade, crise ou depressão que tenham a mesma combinação de elementos". A especulação é as vezes desenfreada durante a prosperidade e as vezes controlada com firmeza.

Observa-se também que as crises não são um movimento isolado, mas fazem parte de um ciclo e de um contínuo fluxo na atividade econômica. As crises são fases de um ciclo e o ciclo uma flutuação de três principais fases que é as fases da prosperidade, crise e depressão.

A partir da Segunda Guerra Mundial e sua fraca economia, economistas do mundo todo passaram a ter os ciclos econômicos como ponto principal de seus estudos com relação a determinação de preços para os ciclos econômicos. E os efeitos dos ciclos eram entendidos como passageiros.

Ilan Gleiser explica como eram considerados os ciclos até meados da Segunda Guerra Mundial. “Os ciclos eram considerados importantes, mas, por serem entendidos inicialmente como meros desvios do comportamento equilibrado e estável da economia, não eram até então parte do objeto de estudo da ciência econômica” GLEISER (2013, pg.87)

Os efeitos dos ciclos econômicos, embora perturbadores eram vistos como fundamentalmente passageiros. Mas a fraca performance econômica após a Primeira Guerra mundial fez com que economistas do mundo todo focassem seus estudos nas passagens desses ciclos.

No início dos anos 30 algumas autoridades dos países elevaram as taxas de juros para controlar a recessão, cortavam os gastos e aumentavam os impostos. Medidas que pioraram a recessão. KRUGMAN E WELLS (2008).

A alternância entre recessões e expansões é conhecida como ciclo econômico e o ciclo é uma característica permanente da economia. Por mais que existam períodos prolongados de expansão pode-se pensar no fim do ciclo, mas a história mostra que ele sempre retorna.

O emprego e produção total são duas variáveis que podem ser usadas para entender o ciclo. Períodos em que essas duas variáveis se movem para baixo são recessões, períodos em que se movem para cima são expansões. (KRUGMAN e WELLS, 2008).

A teoria de Keynes³ sugeriu que a política monetária não seria muito efetiva em condições de depressão econômica. Quando Keynes escreveu a sua obra as taxas de juros estavam próximas de zero.

Alguns economistas reavaliaram a importância da política monetária e Milton Friedman⁴ foi um deles juntamente com Anna Schwartz em sua obra Uma História Monetária dos Estados Unidos.

Um marco importante dessa reavaliação foi a publicação, em 1963, de Uma História Monetária dos Estados Unidos, 1867-1960, de Milton Friedman, da Universidade de Chicago, e Anna Schwartz, do National Bureau of Economic Research. Friedman e Schwartz mostraram que os

³Keynes, foi um economista britânico cujas ideias mudaram fundamentalmente a teoria e prática da macroeconomia, ele fundamentou as suas teorias noutros trabalhos anteriores que analisaram as causas dos ciclos econômicos.

⁴Friedman, Milton, foi um economista norte-americano e é conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo e teoria e história monetária.

ciclos econômicos estavam associados historicamente com flutuações na oferta de moeda..(KRUGMAN E WELLS, 2008 p.467)

Os ciclos econômicos estavam associados historicamente com flutuações na oferta de moeda. A oferta da moeda caiu durante o início da Grande Depressão e alguns economistas se convenceram de que a Grande Depressão teria sido evitada se o Fed⁵ tivesse agido para prevenir a contração monetária.

Conforme Krugman e Wells (2008, pág.464) “Friedman afirmou que o curto prazo é importante e que mudanças de curto prazo na demanda agregada afetam o produto agregado e os preços agregados”.

Grandes crises econômicas sempre estiveram associadas a crises financeiras originadas do sistema capitalista e de sua fragilidade. A instabilidade do sistema financeiro seria por causa de uma crescente autonomia dos instrumentos financeiros e de crédito em relação ao lado real da economia.

Para Bresser-Pereira (2016 pág.133) crises financeiras são endógenas ao sistema capitalista, “a crise financeira é um momento particular do ciclo e pode ser a causa imediata da reversão ou recuperação cíclica”.

Eventos econômicos em um país podem ter importantes consequências em outros por causa da interdependência econômica que ocorre por meio do comércio de bens e serviços ou por meio de finanças.

Keynes (1929) diagnosticou a grande Depressão em seu livro ao lançar a idéia da política fiscal compensatória que acabou destruindo a teoria do ciclo econômico mais tradicional.

Segundo Simonsen e Cysne (2009) os grandes ciclos ou eram o resultado de equívocos de política fiscal ou de política monetária. Restariam os ciclos curtos e que talvez pudessem ser neutralizados por políticas de sintonia.

Até a Primeira Guerra Mundial os ciclos eram vistos como resultado do sistema padrão-ouro, e em partes da ausência de contrapesos aos mecanismos de decisão do regime capitalista.

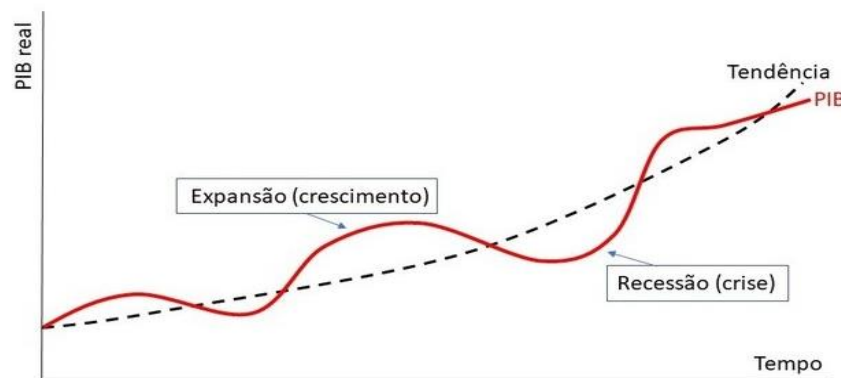
⁵FED, O Sistema de Reserva Federal (em inglês, Federal Reserve System, também conhecido como Federal Reserve ou simplesmente como The Fed) é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos.

Para Simonsen e Cysne a Economia passou a enfrentar sérias flutuações depois da Primeira Guerra:

Entre as duas guerras, a Depressão foi o resultado de erros dramáticos de política econômica. Após 1945, evitou-se o ciclo por longa temporada até que o choque do petróleo em 1974 o tornou inevitável. Desde então, a economia mundial passou a enfrentar sérias flutuações, mas que nada têm a ver com as veneráveis teorias do ciclo (SIMONSEN E CYSNE, 2009 p.632.)

O ciclo econômico, como era visto até a Primeira Guerra Mundial, em parte resultava do sistema do padrão-ouro em parte da ausência de contrapesos aos mecanismos de decisão do regime capitalista.

Figura 1- Como funcionam os ciclos econômicos



Fonte: Diário Financeiro

A figura 1 mostra que os ciclos econômicos são perturbações na economia, onde existem altas e baixas que circulam em torno de um equilíbrio de estabilidade. Esta flutuação indica a existência de períodos de crescimento com pouca ou muita intensidade, seguidos de períodos de recessão, ambos fora da tendência.

Os ciclos econômicos são alternâncias que acontecem na economia entre períodos fortes e de crescimento, com períodos de baixa e de recessão econômica.

Este conceito é tratado por diferentes economistas desde o século XVIII como forma de explicar os motivos das crises econômicas, levando em consideração o comportamento dos mercados.

A teoria por trás dos ciclos econômicos busca entender os motivos que levam as economias a crescerem com flutuações e não pela tendência que deveriam seguir.

2.1.1 As teorias de Keynes

Keynes, introduziu uma nova forma de pensamento, seus ideais ficaram marcados no século XX. Keynes elaborou uma teoria compatível com a recomendação de que a política fiscal deveria ser usada como instrumento de política econômica para administrar os ciclos econômicos. Os modelos Keynesianos advogam em favor do efeito da política fiscal para a economia.

De acordo com Keynes uma economia deprimida é o resultado de gastos inadequados, e a intervenção governamental poderia ajudar por meio da política monetária e fiscal.

Para Krugman e Wells (2008) Keynes passou a ideia de que a economia é responsabilidade do governo. Suas ideias tiveram uma influência forte nas políticas públicas das crises de 2008 e 2009.

Ainda diz que:

O Congresso, a Casa Branca e a Reserva Federal (uma agência quase governamental que administra a política monetária dos Estados Unidos) tomaram medidas para conter uma crise econômica que estava claramente dentro do espírito keynesiano, como descrito a seguir em Economia em ação. (KRUGMAN E WELLS, 2008 p.145)

Essa política teve uma mudança na forma de se pensar economia após um processo de estagnação na economia americana nos anos 70, “Os modelos keynesianos se viram em dificuldade de fazer recomendações de política. Ao final, as recomendações keynesianas ficaram caricaturadas como geradoras de déficits persistentes e excessivos”.(PIRES, 2017, p. 96).

Mesmo o modelo Keynesiano ter perdido um pouco espaço no debate econômico nos anos 70, pode-se notar que as crises recentes como por exemplo a de 2008 trouxe de volta para o debate esse modelo como forma de responder estas situações críticas.

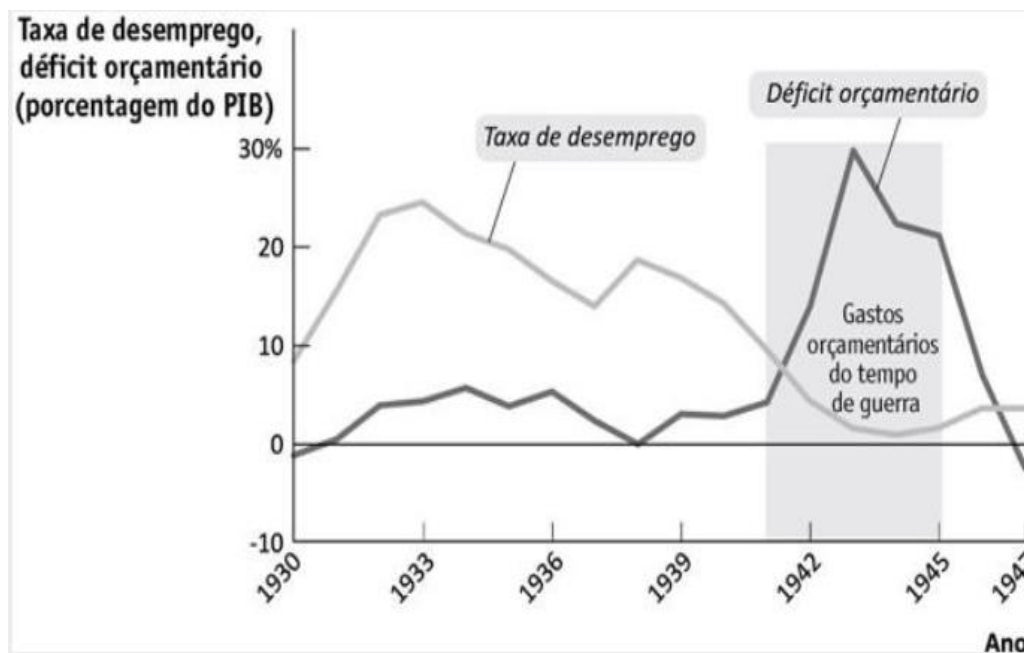
Keynes passou para a demanda agregada o papel determinante para o produto e as variações do investimento como sendo decorrentes das mudanças de expectativas dos empresários em relação ao futuro. (LOPES, 2018).

Como afirma Krugman e Wells (2008) a principal consequência prática da obra de Keynes foi a legitimação do ativismo da política macroeconômica, ou seja, o uso da política monetária e fiscal para suavizar o ciclo econômico.

A sua teoria não foi a responsável por acabar com a Grande Depressão, mas ao final dela acabou convencendo os economistas de que ele estava certo, e suas idéias de que aumentando o gasto público a taxa de desemprego diminuiria se concretizou com a chegada da segunda guerra mundial.

Como pode-se ver na figura 2 o fim da Grande Depressão e a correlação do déficit do governo e a taxa de desemprego.

Figura 2- Política fiscal e o fim da Grande Depressão



Fonte: KRUGMAN e WELLS, 2008, p.464

A figura 2 mostra a taxa de desemprego nos Estados Unidos e o déficit orçamentário federal como proporção do PIB ENTRE 1930 E 1947. A economia se recuperou. “A Segunda Guerra Mundial não foi concebida como uma política fiscal keynesiana, mas demonstrou que a política fiscal expansionista pode, de fato, criar empregos no curto prazo”. (KRUGMAN E WELL, 2008, p.464)

À medida que o risco da guerra aumentava, os Estados Unidos começaram uma grande escalada militar, movendo o orçamento para um déficit profundo recuperando assim sua economia.

Para Lima (2003) Keynes ofereceu uma linha de pensamento inovadora para enfrentar os problemas macroeconômicos de estabilização do ciclo e de busca do pleno emprego.

O modelo de Keynes cuidou de um ciclo econômico específico que foi aquele ocorrido nas economias desenvolvidas a partir da Primeira Guerra Mundial e fez muito para a teoria macroeconômica mundial, a partir dele pode-se compreender a evolução das economias capitalistas no longo prazo.

2.1.2 Teoria Schumpeteriana sobre os Ciclos

Joseph Alois Schumpeter⁶ economista de Harvard, nascido na Áustria, famoso por seu trabalho em inovação, faz parte de um seleto panteão de economistas. Seus estudos contribuíram para a análise de ciclos econômicos dentre elas a inovação como sendo uma das variáveis importantes.

Segundo Schumpeter o choque tecnológico amplia a produtividade do trabalho levando a um aumento de mão de obra. Sempre que os salários estiverem elevando-se trabalhadores irão ofertar mais trabalho (LOPES, 2018).

A oferta de trabalho dependerá da comparação feita pelo trabalhador dependendo dos incentivos econômicos que são oferecidos à ele em diferentes momentos.

Assim sendo, segundo Lopes (2018, p.244)

O trabalhador, ao decidir quando deve ofertar trabalho, deve comparar o salário nos diferentes momentos de tempo. Para fazer a comparação do salário em diferentes momentos, o trabalhador deve tomar por base determinada data, ou seja, deve trazer os salários futuros para valor presente ou levar o salário de hoje para um valor futuro.

Durante a Grande Depressão Schumpeter foi um dos economistas que defendeu que a crise deveria seguir seu curso sem interferência do Estado.

⁶Schumpeter, Joseph Alois foi um dos primeiros economistas a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista.

“Qualquer tentativa de mitigar a catástrofe em curso deixaria o trabalho sobre depressão inacabado”. (KRUGMAN e WELLS, 2008, p.146).

O sistema teórico que Schumpeter construiu para explicar os ciclos econômicos e também criou a teoria do desenvolvimento econômico através da introdução da inovação.

Para Stanley (2017) a inovação central é o empreendedor. A inovação é definida como mudanças nos métodos de oferta de mercadorias, como por exemplo, a introdução de novos bens ou métodos de produção ou até a abertura de novos mercados, a reorganização da indústria como quebra ou criação de um monopólio.

O empreendedor é a pessoa que introduz inovações, nem todos os administradores de empresas, gerentes ou industriais são empreendedores. Alguns podem estar gerenciando um negócio sem tentar novas ideias.

Ainda segundo Stanley, os empreendedores devem ter apenas ligações temporárias com as empresas, mas são sempre pioneiros na introdução de novos produtos, novos processos e novas formas de organização. “São pessoas com excepcionais habilidades, que aproveitam ao máximo as oportunidades que passam despercebidas por outras ou que criam oportunidades por meio da ousadia e da imaginação”. (STANLEY, 2017,p.512)

O principal processo na mudança econômica é a introdução de inovações, e a inovação central é o empreendedor. A inovação é definida como mudanças nos métodos de oferta de mercadorias, por exemplo, a introdução de novos bens ou novos métodos de produção e a abertura de novos mercados.

Para Schumpeter sem a inovação a vida econômica atingiria um equilíbrio estático, e seu fluxo seguiria os mesmos canais ano após ano. O lucro e os juros desapareceriam. O empreendedor busca lucro com a inovação, transforma essa situação estática em um processo dinâmico de desenvolvimento econômico.

2.2 TIPOS DE CICLOS E CLASSIFICAÇÃO

Os ciclos econômicos são formados por quatro fases. Segundo (Boyes e Melvin, 2006) a Fase da Expansão que é quando o PIB real cresce, o Pico que

marca o final do crescimento, a Retração que é quando o PIB real cai, e a Depressão que marca o final do ciclo e a retomada do crescimento.

Os economistas tentam compreender as causas desses fenômenos cíclicos e uma maneira que possa ser suavizá-los ou até mesmo evitar a recessão por causa dos seus efeitos negativos na vida das pessoas.

O período recessivo mais grave da história ficou conhecido como a Grande Depressão – de 1929 a 1933 -, que ocorreu nos EUA e atingiu o mundo inteiro praticamente. O fato foi tão grave que pode-se comparar períodos posteriores e sempre fazer referências ao período de 1929. “Grandes dificuldades marcaram o período: muitas pessoas perderam seus empregos e até suas casas, e inúmeras empresas faliram” conforme Boyes e Melvin (2006, p.235)

Um economista que foi importante para o estudo dos ciclos foi Schumpeter que deixou um importante legado e contribuição. Ele classificou os ciclos de três formas: ciclo de Kitchin, o de Juglar e Kondratieff. No livro A História do Pensamento Econômico os autores Oliveira e Gennari explicam como era a visão de Schumpeter sobre cada um dos ciclos.

O ciclo de Kitchin tinha uma duração de quarenta meses aproximado e estava associado ao comportamento das vendas:

Assim que as vendas ingressaram em uma fase de expansão, as empresas ampliaram seus estoques para se antecipar à demanda. Essa antecipação gerava estímulos à produção, ao emprego e à renda e se prolongava até a redução do ritmo das vendas. Aos primeiros sinais de queda nas vendas, as empresas reduziam imediatamente a produção e os estoques até que as vendas voltaram a se acelerar e um novo ciclo recomeçasse. (Oliveira e Gennari, 2019 p.264)

Esta teoria leva em consideração as alterações que as empresas fazem em seus estoques conforme se alteram a procura, os preços de fornecedores ou das taxas de juros em empréstimos.

O segundo ciclo é considerado o mais importante é o Juglar que tem duração de nove a dez anos e sua variação deve-se ao fluxo dos investimentos. Suas flutuações acontecem no longo prazo.

O ciclo de Juglar se inicia quando as empresas partem para investimentos na modernização das fábricas e na aquisição de máquinas e equipamentos para ampliar a produção. Esse período dura de quatro a cinco anos. Com o novo parque produtivo instalado, o ritmo de investimentos decai e as máquinas entram em uma fase de intensa utilização e desgaste. Esse período se estende por aproximadamente cinco anos. O novo ciclo tem

início quando a necessidade de reposição do maquinário desencadeia uma nova onda de investimentos. (Oliveira e Gennari, 2019 p.264)

Este ciclo relaciona as altas e baixas do Produto Interno Bruto (PIB) com os gastos de investimentos, inflação e flutuações no mercado de trabalho.

O terceiro ciclo chamado de Kondratieff tem uma duração que varia de cinquenta a sessenta anos e está ligado à inovação que deve ser incorporada na economia em grande escala:

O ciclo se inicia quando um conjunto de invenções e novos métodos de comercialização e produção que vinham se acumulando ao longo de anos começa a ser introduzido na vida econômica, desencadeando uma onda de inovações. Em geral, essas invenções e esses novos métodos se acumulam, pois as empresas não se sentem seguras para aplicá-los por nunca terem sido testados em sua eficácia. (Oliveira e Gennari, 2019 p.265)

Estes ciclos eram explicados como parte das revoluções tecnológicas que marcam com intensidade o mundo capitalista, ocasionando crescimentos e crises.

Quando surge a oportunidade os agentes começam a copiar as invenções e se inicia então um período de expansão dos investimentos, da produção, do emprego e da renda. Este período é a fase crescente do ciclo de Kondratieff e dura aproximadamente de 12 a 14 anos. A fase decrescente é quando as inovações já estão generalizadas e o ciclo se esgota, os investimentos são reduzidos, as empresas contratam menos crédito e o crescimento cai. Inicia-se então a diminuição da produção, do emprego e da renda e conseqüentemente uma o início de uma recessão.

Para Oliveira e Gennani (2019) quando a economia está retraída há um longo tempo e coincide com a retração do ciclo de Juglar e Kitchen acaba se tornando uma depressão econômica. A fase do resultado da prosperidade até a depressão compreende um período de 20 a 25 anos. A próxima fase que é a fase da retomada do crescimento e de acúmulo de invenções e novos métodos, prolonga-se por mais 12 a 14 anos, até o momento em que estas invenções são introduzidas no mercado e em processos produtivos dando início a uma nova fase de prosperidade.

Os ciclos de uma economia não possuem uma periodicidade regular. Alguns períodos de crescimento predominam por muito tempo e outros passam de maneira rápida. Por conta disso alguns autores apresentaram denominações a esses ciclos conforme o tempo que podem durar.

2.2.1 Variáveis do Ciclo

Até o momento foi relacionado apenas o PIB real como variável mas existem diversas outras variáveis que se alteram e são bastante significativas para os ciclos. Elas podem ser de três tipos: indicadores principais, indicadores simultâneos e indicadores posteriores que acontecem antes, durante e depois de uma alteração no PIB real.

Os indicadores principais podem estar relacionados com: semana média de trabalho, solicitação de seguro-desemprego, pedidos novos para as fábricas, preços das ações, novos pedidos de equipamentos e instalações, novos alvarás para construção, tempo de entrega dos produtos, taxa de juros, oferta de dinheiro e expectativas do consumidor. Em geral, ocorrem antes das mudanças do PIB real e os economistas costumam usá-los nas previsões de mudança na produção, mas eles também podem interferir na previsão da produção futura.

[...] A liberação de novos alvarás para construção, por exemplo, indica novas obras: se o número de alvarás aumenta, os economistas prevêm um incremento de construções. Do mesmo modo, se as fábricas recebem mais pedidos, é possível anunciar um aumento na produção.(BOYES e MELVIN,2006 p.235)

No entanto, os economistas aguardam vários meses de uma tendência constante nos principais indicadores antes de anunciar uma mudança na produção pois uma variável pode cair em um mês e se elevar no outro tornando esse movimento de curto prazo impreciso.

Os indicadores simultâneos podem ser: aumento da folha de pagamento, produção industrial, renda individual e produção e vendas. São variáveis econômicas que se alteram ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças na produção real. Podem por exemplo, ter a expectativa de que ocorra uma elevação nas vendas e nos níveis de emprego, e mostram uma forte tendência a se alterar no decorrer do tempo junto com as mudanças no PIB real.

Os indicadores posteriores que também podem ser: custo do trabalho por unidade produzida, proporção entre as vendas e as previsões, duração do tempo de desemprego, proporção entre o crédito ao consumidor e a renda pessoal e por fim, empréstimos comerciais extraordinários. Estes indicadores não alteram o seu valor até que o valor do PIB real tenha se modificado.

[...] Quando a produção aumenta, por exemplo, mais empregos são criados, e mais profissionais têm emprego. Faz sentido, portanto, que ocorra uma redução do tempo médio de desemprego. A duração do período de desemprego constitui um indicador posterior. (BOYES e MELVIN, 2006 p.236)

Do mesmo modo, as taxas de inflação dos serviços tendem a mudar depois que o PIB se altera. Os indicadores posteriores são usados portanto, em combinação com os indicadores principais e simultâneos para identificar os picos e as depressões dos ciclos econômicos.

Para Estey (1965) revela em seu livro os processos que devem ser considerados na alta e na baixa da atividade que constitui os ciclos. As causas essenciais da flutuação cíclica são divididas em quatro partes: Causas Reais, Causas Psicológicas, Causas Monetárias e Causas associadas a variações em gastos, economia e investimento.

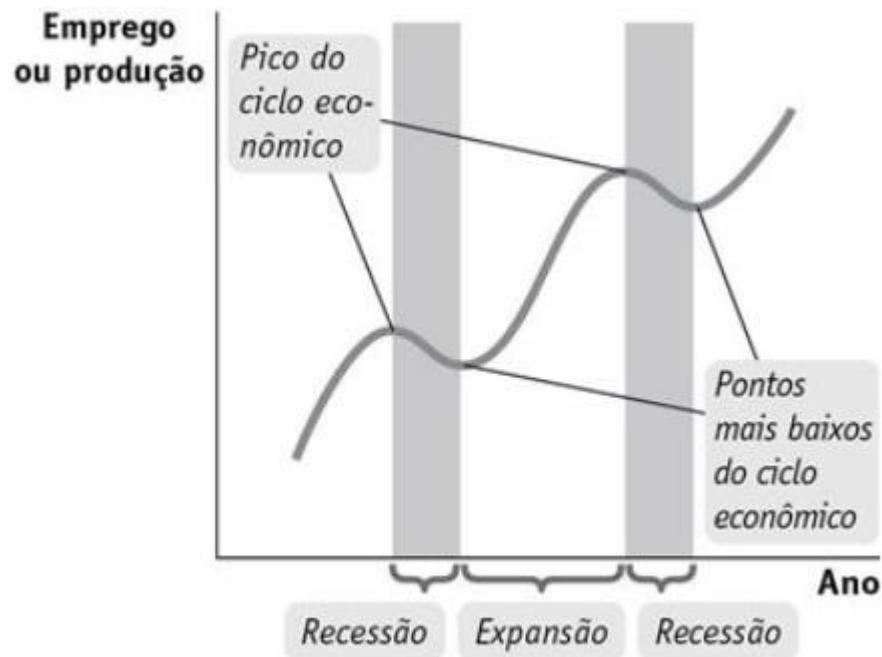
O ciclo econômico sempre foi um fato existente na história mundial. A sua compreensão é de grande valia para gerações futuras e atuais, principalmente sobre a consciência que se deve ter ao fato de estar ligado ao futuro, pois a atividade econômica sempre pode surpreender.

Na teoria de Schumpeter os choques tecnológicos são o principal distúrbio que estão sujeitas as economias, pois amplia a produtividade do trabalho levando a um aumento na demanda de mão de obra. (LOPES, 2018)

Assim sendo, propagaria mercados concorrentes e a economia encontraria sempre no nível de pleno emprego onde os preços são flexíveis garantindo o equilíbrio econômico.

O emprego é um indicador de quanto a economia está produzindo, tal como a produção industrial ou o (PIB real) que é uma medida do produto total da economia. Essas duas medidas tendem a se mover juntas e seu movimento em comum é o ponto de partida para entendermos a alternância da economia entre descenso e ascenso de curto prazo. A figura 3 ilustra esse a imagem estilizada do ciclo econômico.

Figura 3- Ciclo Econômico



Fonte: KRUGMAN e WELLS, 2008, p.148

Um descenso em que a produção e o emprego caem em muitas indústrias é chamado de recessão e quando a maioria dos dados quantitativos está seguindo a tendência ascendente, diz-se que está em expansão como mostra a FIGURA 3. O momento em que a economia passa de expansão para recessão é conhecido como pico do ciclo econômico, e quando passa da recessão para expansão é conhecido como ponto mais baixo do ciclo econômico.

“O efeito mais importante da recessão é a capacidade dos trabalhadores de encontrar e manter empregos. O indicador das condições do mercado de trabalho mais utilizado é a taxa de desemprego”. (KRUGMAN e WELLS, 2008,p.148).

Não existe uma definição exata de quando exatamente são definidas as recessões e expansões, ou seja, quando começam e terminam, geralmente o instrumento que se usa para medir é uma atenção especial para emprego e produção.

Na década de 80 vários economistas argumentaram que a desaceleração do crescimento da produtividade é a principal causa das recessões. A teoria do ciclo afirma que flutuações na taxa de crescimento da produtividade total dos fatores causam o ciclo econômico. (KRUGMAN e WELLS, 2008)

A teoria argumenta que flutuações na taxa de crescimento de produtividade total dos fatores são a principal causa dos ciclos econômicos. Havendo uma correlação forte entre a taxa de crescimento total da produtividade dos fatores e o ciclo econômico.

Os estragos produzidos pela Grande Depressão de 1929-1933 motivaram os economistas a buscarem uma solução para esse problema, queriam saber como evitar ou suavizar esses ciclos que causaram prejuízos para o mundo inteiro.

A obra de Keynes publicada durante a Grande Depressão sugeriu que poderia ser utilizada uma política fiscal e monetária para minimizar os efeitos das recessões e até os dias de hoje os governos recorrem à política keynesiana quando ocorre recessão (KRUGMAN e WELLS, 2008)

A mensagem básica que muitos dos jovens economistas que adotaram as ideias de Keynes nos anos 1930 extraíram do seu trabalho foi que a recuperação econômica requer expansão fiscal agressiva – gastos deficitários em larga escala para criar empregos.

3 A HISTÓRIA DO BRASIL E SEUS CICLOS

A história econômica do Brasil se divide em duas grandes etapas: o período mercantil até 1930 e o período industrial, de 1930 em diante. É a partir dos anos 30 que inicia o desenvolvimento brasileiro através da Revolução Industrial, dando um salto para a frente rompendo com suas bases agrárias.

É com a crise de 1930 que o processo de industrialização acelerou-se através da oportunidade econômica para investimentos industriais, unificando o período industrial do desenvolvimento brasileiro, que se desenrolou por intermédio de um processo de substituição de importações.

O presente capítulo tem por objetivo de aprofundar o estudo dos ciclos econômicos que ocorreram no Brasil dos anos 30 até a segunda década do século XXI. Buscando compreender impactos da administração do governo na economia do país.

3.1 DOS ANOS 30 ATÉ A ERA VARGAS

Desde a época Colonial (1500-1822), passando pelo período Imperial (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho de suas exportações, dentre eles o café. A crise de 1930, iniciada nos Estados Unidos e que se repercutiu rapidamente na Europa, chegou ao Brasil por meio de uma rápida queda na demanda por café, acompanhada de forte queda nos preços do café.

Segundo Gremaud (2017), em 1930 dois elementos conjugaram-se: a produção nacional era enorme e a economia mundial entrou numa das maiores crises de sua história. A depressão no mercado internacional de café logo se fez sentir e os preços vieram abaixo. O governo então interferiu na economia comprando e estocando café, isso fazia com que se desvalorizasse o câmbio.

As sucessivas interferências do governo na economia comprando e estocando café era basicamente para proteger o setor cafeeiro e para sustentar o nível de emprego e de renda da população brasileira.

Conforme Pires (2010) O Governo de Getúlio Vargas⁷ com base na ampliação do crédito interno, retirou do mercado entre 1930 e 1934 mais de 50 milhões de sacas, das quais cerca 34 milhões foram destruídas, o que impediu o colapso do setor cafeeiro. Essa política contribuiu para manter o nível de atividade no comércio e indústria, pois os setores voltados para o mercado interno dependiam da renda gerada pelo setor exportador.

Essa política ajudou a recuperar a economia a partir de 1930. Evitou dessa maneira uma crise mais profunda e antecipou a recuperação da economia pois setores como comércio, indústria e serviços não tinham condições sozinhos de assegurar o dinamismo economia, dependiam das exportações cafeeiras.

A crise dos anos 30 foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro. A fragilização do modelo agroexportador trouxe à tona a consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos. Como exemplos, a Primeira Guerra Mundial e a Depressão dos anos 30 que causaram dificuldades em importar produtos. (GREMAUD, 2017).

Através destes acontecimentos o governo brasileiro passou a encarar a industrialização no Brasil como uma prioridade e não mais como algo secundário, todas as políticas a partir de então era de priorizar a industrialização.

Para Pires (2010) a crise cambial decorrente da queda nas exportações e fuga de capital associada à Grande Depressão contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial em virtude da desvalorização da moeda que tornou o preço das mercadorias importadas mais elevadas.

Apesar das restrições às importações acabou protegendo a produção nacional e estimulou a produção interna retomando assim a atividade econômica a partir de 1933 e o mercado interno, dentre eles a atividade industrial passou a ser mais atrativo.

⁷ Vargas, Getúlio foi um advogado, militar e político brasileiro, líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. Foi presidente do Brasil no período de 1930 até 1945.

Segundo Brum (2005) o governo foi sensível ao momento histórico da sociedade brasileira tentando implementar um projeto de industrialização no país, com o objetivo de retirá-lo do atraso e impulsioná-lo ao progresso. A industrialização era tida como chave para o desenvolvimento.

Apesar da agricultura forte a industrialização e seu projeto e implantação foi a primeira vez na história que o governo foi favorável à esse projeto de industrialização.

O maior déficit público do período de 1930-1945 ocorreu em 1932. A política cambial restritiva, particularmente o monopólio do câmbio, introduzido em 1931 também contribuiu para dificultar as importações e, assim, gerar condições favoráveis ao desenvolvimento industrial. (PIRES,2010).

A economia recuperou-se a partir do crescimento das atividades vinculadas ao mercado interno, em particular do setor industrial. Entre 1933 e 1939, a indústria apresentou um crescimento médio anual de 11,2%. O quadro 1 mostra os indicadores da economia brasileira (1930-1945)

Quadro 1- Indicadores (1930-1945)

Ano	Produto Interno Bruto	Balança Comercial	Transações Correntes	Dívida Externa	Preços ao Consumidor no Rio de Janeiro
1930	-2,1	93,9	-79,0	1293,5	-9,0
1931	-3,3	127,5	4,1	1233,6	-3,7
1932	4,3	86,6	23,9	940,6	0,4
1933	8,9	68,6	14,0	1123,8	-0,9
1934	9,2	108,0	30,3	1330,9	7,7
1935	3,0	73,0	-32,8	1268,8	5,6
1936	12,1	124,2	10,0	1255,9	14,7
1937	4,6	67,6	-63,3	1199,9	7,6
1938	4,5	47,8	4,4	1186,8	4,3
1939	2,5	81,9	28,4	1082,5	2,6
1940	-1,0	51,4	-12,3	972,4	3,0
1941	4,9	145,2	91,7	963,3	10,7
1942	-2,7	232,4	201,3	934,4	11,4
1943	8,5	245,7	198,5	911,7	10,2
1944	7,6	269,9	185,8	752,9	12,9
1945	3,2	332,6	248,2	698,1	16,7

Fonte: GREMAUD, 2017, p.71

A produção voltada para o mercado interno ganhou crescente peso na produção total do setor industrial conforme mostra a quadro 1. Esse desempenho da indústria marcou o início da industrialização, caracterizada pela dominância da indústria na determinação da dinâmica da acumulação de capital.

Assim, a década de 30 foi marcada pela estagnação e mesmo pelo declínio da produção de café, ao mesmo tempo em que a indústria possui depois dos dois primeiros anos da década um crescimento sustentado e compõe o período em que houve forte avanço do setor industrial no Brasil. O Estado teve importância crescente na economia brasileira. A recuperação da crise econômica e a industrialização dependeram, em parte, de um conjunto de iniciativas estatais.

3.2 A CRISE DOS ANOS 60

A crise da década de 1960 criou um ponto de descasamento no processo de substituição de importações. A manutenção dessa estratégia pelo regime militar (1964-1984) resultou no agravamento das distorções estruturais da economia brasileira, particularmente a concentração de renda, a inflação e o endividamento externo.

A década de 60 foi cheia de mudanças para a sociedade brasileira:

Economicamente, o primeiro lustro da década é marcado por uma crise; depois promoveram-se importantes mudanças institucionais no país que estão na base da forte recuperação econômica que se inicia no último triênio dos anos 60 e se prolonga no primeiro triênio da década seguinte. (GREMAUD, 2017 p.409)

Do ponto de vista político, passou-se de um sistema democrático para um regime militar fortemente autoritário e a inflação foi um problema herdado de governos anteriores.

A primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial ocorreu no Governo Kubitschek⁸ que teve uma forte reversão na economia. Pois houve uma queda importante dos investimentos e a taxa de crescimento da renda brasileira

⁸ Kubitschek, Juscelino também conhecido pelas suas iniciais JK, foi presidente do Brasil entre 1956-1961.

também caiu. A inflação acelerou-se e chegou a mais de 90% no ano de 1964 (GREMAUD, 2017).

Tabela 1- Produto e Inflação (1961-1965)

Ano	Crescimento do PIB(%)	Crescimento da produção industrial(%)	Taxa de inflação (IGP-DI)(%)
1961	8,6	11,1	33,2
1962	6,6	8,1	49,4
1963	0,6	-0,2	72,8
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7

Fonte: GREMAUD, 2017, p.409

Conforme pode-se ver na tabela 1 o PIB decrescente a partir de 1961 e a inflação subindo a taxas estrondosas.

Para Giambiagi (2016 PÁG) a queda na economia teve influência direta do golpe militar: “A descontinuidade na trajetória de crescimento econômico claramente precedeu o golpe de 1964, podendo ser observada já em meados de 1963, quando se assiste ao início da desaceleração”.

Ao tomar posse Juscelino assumiu um país que crescia a taxa anual próxima de 3% e a maior parte da população brasileira ainda vivia no campo e com a economia muito atrasada em relação ao resto do mundo.

O sinal de atraso econômico que JK se empenhou em reverter teve pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica, reunidos em seu Plano de Metas. Com ele o país viveria uma das melhores fases do desenvolvimento. (GIAMBIAGI, 2016).

O sucesso do Plano de Metas de Juscelino se confirmou pelo crescimento do PIB que chegou a 9,4% de crescimento em seu governo, o Plano de Metas foi um importante programa de industrialização e modernização do governo Kubitschek.

Segundo Giambiagi (2016) o êxito do governo Kubitschek se confirma pelo PIB:

Após um crescimento modesto (2,9%) em 1956 — em decorrência, sobretudo, da quebra da safra agrícola —, entre 1957 e 1960 a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. Em 1961 — ano que inclui a breve passagem de Jânio Quadros pela Presidência da

República — a economia cresceu respeitáveis 8,6%. (GIAMBIAGI, 2016 p.27)

Esses números acabaram caindo após a renúncia de Janio e a tumultuada presidência de João Goulart a partir de 1962 que fez com que a produção do país caísse vertiginosamente.

Para Giambiagi (2016) quando JK assumiu o poder, a variação do Índice Geral de Preços havia recuado para 12,2%, após superar 20% em 1953 e 1954. Porém, ao término dos cinco anos de seu mandato, a inflação girava na faixa de 30% a 40%.

Os indicadores macroeconômicos foram quase sempre melhores durante o governo JK do que no período Jânio João Goulart. Mas também não resta dúvida de que o aumento inflacionário e a dívida externa foi herdado de seu governo também.

Em síntese, JK de fato entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um “presente de grego”, sob a forma da piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos. (GIAMBIAGI, 2016)

A crise dos anos 60 teve contribuições basicamente dentre elas o crescimento muito acelerado que não conseguiu acompanhar o restante dos setores da economia sem um devido cuidado com a inflação crescente.

Para Gremaud a crise dos anos 60 se resume em:

A crise dos anos 60 deve-se a uma desaceleração dos investimentos em bens de capital que repercute sobre o restante da economia. A queda desses investimentos deve-se ao fato de que o Plano de Metas representara um grande bloco de investimentos que acabou por gerar excesso de capacidade produtiva, diminuindo assim a necessidade de novas inversões, o que afetou o resto dos setores e explica a crise do período. (GREMAUD, 2017 p.412).

O plano de metas gerou excesso de capacidade produtiva e um aumento cada vez maior da inflação e o combate a ela era dificultado por uma falta de instrumentos de política monetária-fiscal.

Segundo Brum (2005) a economia brasileira começou a declinar nos anos 60 e no final do governo JK começou-se a reduzir o volume de investimentos, adiando obras e transferindo problemas para o seu sucessor. Os empréstimos externos de curto prazo e emissão de moeda contribuiu para o agravamento do índice de

inflação.

Juscelino deixou para seus sucessores a parte ruim do crescimento acelerado: a inflação alta, o déficit público elevado e a deterioração das contas externas, na certeza de encontrar, cinco anos mais tarde, um país saneado, mas estagnado.

3.3 O GOVERNO MILITAR

O período de 1964-73 abrigou três mandatos de presidentes militares: do marechal Humberto Castello Branco (1964-66), de Arthur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici (1969-73). Pode-se dizer que as políticas econômicas adotadas pelos governos desse período fizeram com que o Brasil crescesse a taxas nunca antes vistas e a inflação mais controlada comparada a anos anteriores.

Segundo Brum (2005) o governo identificava a inflação como o problema maior, e adotou um plano de estabilização econômica chamado de PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), sendo que as causas básicas da inflação era o déficit do setor público, excesso de crédito no setor privado e excessivos aumentos de salários.

Nesse plano de estabilização econômica previa a redução do déficit público, controle do crédito ao setor privado e uma política de redução de salários. Tudo isso para que a inflação que estava crescente fosse controlada.

Para Gremaud (2017) o PAEG pode ser dividido em duas linhas de atuação que foram: políticas de combate à inflação, associadas a reformas estruturais que permitiram a avaliação dos problemas inflacionários e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico.

Os objetivos principais do plano PAEG era acelerar o desenvolvimento econômico, conter a inflação, aumentar investimentos e emprego e corrigir o desequilíbrio externo.

Segundo Gremaud (2017) com essas medidas a inflação reduziu entre os anos 1964 e 1968, da casa dos 90% a.a. para os 20% a.a. Esse resultado deveu-se em grande parte à própria retração nas taxas de crescimento econômico.

Tabela 2- Produto e Inflação (1964-1968)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da produção industrial (%)	Taxa de inflação (IGP-DI)(%)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: GREMAUD, 2017, p.415

As metas do Paeg para a inflação indicaram uma estratégia redutiva conforme mostra a tabela 3. O Plano não eliminou o processo inflacionário em curto espaço de tempo, mas apenas a reduziu ao longo de três anos, mantendo ainda uma inflação de (10%) no terceiro ano.

A segunda fase, de 1968 a 1973, a economia brasileira inaugurou uma fase de crescimento vigoroso, que se estendeu até 1973. Nesse período, o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano. (GIAMBIAGI, 2016)

Essa façanha de crescimento a 11% ficou conhecida como “o milagre econômico” alinhando o crescimento econômico e queda de inflação. E a melhora nas contas externas permitiu um controle maior na taxa de câmbio.

Tabela 3- Produto- taxas de crescimento (1968-1973)

Ano	PIB(%)	Indústria(%)	Agricultura(%)	Serviços(%)
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

Fonte: GREMAUD, 2017, p.422

Essa melhora do PIB conforme pode-se ver na tabela 3 foi por causa das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda. O crescimento da economia mundial também permitiu o aumento das taxas históricas de crescimento.

A herança que o período de 1964-73 foi um misto de vantagens e problemas. As principais vantagens foram a inflação muito mais baixa, na casa dos 15% em 1973 comparado 80% em 1963, teve uma melhor reorganização da estrutura fiscal e financeira. Os principais problemas foram a correção monetária na dinâmica dos preços e o aumento da dependência externa do país no setor financeiro iniciando o aumento do endividamento externo.

3.3 A DÉCADA PERDIDA E A CRISE DO PETRÓLEO (1974-1984)

A partir do segundo choque do petróleo e do significativo aumento das taxas de juros internacionais, em 1979, teve início a crise dos anos 1980. Uma crise do modo de intervenção do Estado na economia e na sociedade e da forma de administração deste Estado. O Brasil enfrentou o problema da dívida externa e interna, a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Giambiagi (2016) o período de 1974-84 contém uma série de eventos e mudanças estruturais marcantes para a história política e econômica do Brasil. A partir de 1974 o regime militar foi se desfazendo aos poucos sendo que os militares estavam no poder desde o golpe de 1964. Levando então ao processo de redemocratização do país.

Em 1974 estava no quarto e último governo militar do general Geisel que no plano econômico acabou por realizar grandes projetos econômicos e obras públicas implementando um novo padrão de industrialização.

Esse processo atravessou três mandatos presidenciais: do general Ernesto Geisel (1974-78), do general João Figueiredo (1979-84) e do primeiro presidente civil após o regime militar, José Sarney (1985-89). Mas foi nesse período que ocorreram as principais pressões e mudanças políticas no sentido da redemocratização que influenciaram decisões econômicas no governo Geisel. (GIAMBIAGI,2016)

O aumento a inflação e forte desequilíbrio fiscal inauguraram um longo período de estagnação da economia brasileira, caracterizando os anos 80 como “A década perdida”.

Para Pires (2010) a instabilidade no Oriente Médio acabou por influenciar a

economia mundial que sofreu os impactos do “choque do petróleo”. Outro choque, o dos juros foi imposto pelo Federal Reserve dos Estados Unidos (Fed) para controlar a inflação decorrente dos aumentos dos preços do petróleo.

Para conter a inflação muitos países adotaram o aumento das taxas de juros como forma de contenção. Isso prejudicou países em desenvolvimento dentre eles o Brasil. Essas taxas de juros chegaram a 18% ao ano nos Estados Unidos.

O general Figueiredo tentou dar continuidade ao processo de democratização iniciado por Geisel, buscando acelerar o crescimento econômico, e entre eles, conter o processo inflacionário que estava em crescimento desde 1975.

Para Gremaud (2017) o rápido crescimento econômico ao longo do Milagre, com a ocupação de toda capacidade ociosa levou ao aparecimento de alguns desequilíbrios que geraram inflação e problemas na balança comercial. A aceleração inflacionária na segunda metade dos anos 70 pode ser vista abaixo:

Tabela 4- Taxa de inflação (1968-1973)

Ano	IGP-DI(%)	Ano	IGP-DI(%)
1968	24,8	1974	34,5
1969	18,7	1975	29,4
1970	18,5	1976	46,3
1971	21,4	1977	38,6
1972	15,9	1978	40,5
1973	15,5	1979	77,2

Fonte: GREMAUD, 2017, p.436

A manutenção do ciclo de crescimento dependeria de uma situação externa favorável. Essa situação, porém, foi rompida pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril de petróleo.

A economia brasileira ficou exposta a um alto grau de vulnerabilidade externa.

O balanço de pagamentos apresentou déficits no saldo de transações correntes provocados não só pelo aumento do valor das importações de petróleo, mas também em função dos bens de capital e insumos básicos, necessários para manter o nível de produção corrente do milagre econômico. Esse déficit não foi totalmente coberto pela entrada de recursos, levando a uma queima de reservas. (GREMAUD, 2017 p.436).

Um outro problema que assolou o Brasil foi a crise da dívida externa. Por conta do choque dos juros de um momento para outro, o país teve de arcar com um forte aumento dos serviços da dívida externa. O endividamento foi para forte investimento público e para a proteção dos setores industriais contra a concorrência internacional.

Como consequência, entre 1979 e 1982, os dispêndios com o pagamento de juros e de amortizações saltou de 4% do PIB para 9%, em 1985. Particularmente no tocante à relação dívida-PIB, o índice saltou de 25% do PIB, em 1979, para 50%, em 1985. As repercussões dessa crise foram sentidas por pelo menos 15 anos. (PIRES,2010).

Inflação, desemprego e estagnação foram as heranças mais significativas herdadas do modelo econômico dos governos militares, a despeito de um estoque de empreendimentos de grande porte, que ainda compõem a infraestrutura brasileira. Em grande parte, a crise foi provocada pela dificuldade de a economia local adaptar-se às exigências da economia mundial. A dívida externa influenciou diretamente a produtividade da indústria brasileira e o crescimento econômico dos brasileiros.

Nesse período (1981-1984), o Brasil assinou um acordo com o FMI, cujo objetivo central não era o combate à inflação, mas sim o equilíbrio das contas externas. As principais medidas tomadas foram: desvalorização cambial, arrocho salarial (reajustes de acordo com uma porcentagem da inflação), corte de gastos públicos e aumento de tributos e controle monetário e aumento das taxas de juros. (LANZANA, 2017)

Apesar dessas medidas, a inflação (medida pelo IGP-DI) continuou acelerando-se:

Tabela 5- Taxa de inflação (1981-1984)

Ano	IGP-DI(%)
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8

Fonte: LANZANA, 2017, p.101

Os anos 1980 foram caracterizados por bruscas oscilações do produto, pelo

estancamento da renda per capita e pela explosão das taxas de inflação, que alcançaram patamares inimagináveis chegando a 100% ao ano. Foi nesse clima que terminou o regime militar e se iniciou a Nova República, com a esperança de um ajuste da inflação que só se concretizou logo mais com o Plano Real.

3.4 O PROCESSO INFLACIONÁRIO BRASILEIRO E O PLANO REAL

A economia brasileira foi marcada por um processo de crescimento permanente da taxa de inflação, processo esse interrompido por curtos períodos de tempo, por meio de congelamentos de preços e salários. O Brasil passou diante de várias tentativas para combater a inflação e retomar o crescimento econômico.

Para Lanzana (2017) o plano cruzado em 1986 foi um programa de combate à inflação baseado única e exclusivamente na tentativa de eliminação da inércia inflacionária (por meio de congelamento de preços e salários). A evolução da inflação (IGP-DI) foi favorável num primeiro momento mas subiu muito depois do descongelamento.

Houveram vários erros na concepção e na própria condução do Plano Cruzado que resultou em um quadro de explosão da demanda e conseqüente desequilíbrio externo. Fracassando na tentativa de conter a inflação.

Em 1987 teve o plano Bresser que objetivava, basicamente, promover um choque deflacionário na economia, buscando evitar os erros do Plano Cruzado. A inflação foi diagnosticada como inercial e de demanda e, em consequência, o plano foi concebido como híbrido, contendo elementos heterodoxos e ortodoxos. (GIAMBIAGI,2016)

Os resultados foram positivos enquanto durou o congelamento de preços. Mas quando os preços foram descongelados a inflação disparou novamente e dentre tantos motivos estava o aumento de arrecadação combinado com aumento de gastos, provocando crescente insatisfação da população.

Em 1988 criou-se uma nova política de combate à inflação e propôs uma política ortodoxa gradualista. A proposta ficou conhecida como a “Política do Feijão com Arroz”, que se baseava no congelamento dos valores nominais dos empréstimos do setor público e na contenção salarial do funcionalismo público.

(GIAMBIAGI, 2016).

A taxa de inflação no primeiro trimestre de 1988 ficou próxima ao pretendido pelo governo, mas os aumentos de preços públicos e um choque agrícola desfavorável fizeram com que os preços se acelerassem no segundo semestre.

Em 1989 um novo plano conhecido como o “Plano Verão” tinha o objetivo de reduzir a inflação, sem desarrumar as contas externas, com o crescimento da produção ficando em segundo plano. Para isso, procurava desindexar a economia e reduzir a demanda agregada (LANZANA, 2017).

De fato, o plano fracassou rapidamente pois o ajuste fiscal não aconteceu como deveria em virtude de ser um ano de eleição, e os custos do diferencial nas contas públicas apontaram para um déficit operacional. O resultado foi um aumento da inflação que ultrapassou os 80% ao ano no começo de 1990.

Em 1990 foi lançado o Plano Collor I e II, no mesmo dia da sua posse. O Plano Collor propunha mudanças radicais na economia brasileira, visando a maior inserção do país no comércio internacional. O programa procurava, no curto prazo, derrubar a inflação a qualquer preço, por meio das seguintes medidas: ajuste fiscal profundo, contração monetária e desindexação e congelamento de preços. (LANZANA, 2017).

A médio e longo prazos, o objetivo era internacionalizar a economia brasileira, com redução da proteção à produção doméstica, privatização e aumento da eficiência do Estado, integração internacional e política de atração de capital externo.

A área que teve a mudança mais traumática foi a área financeira nos Planos Collor:

O sequestro de liquidez. Todas as aplicações financeiras que ultrapassassem o limite de NCr\$50.000 (cerca de US\$1.200, ao câmbio da época) foram bloqueadas por um prazo de 18 meses. O governo se comprometia a devolver os cruzados novos bloqueados, transformados em cruzeiros, em 12 prestações iguais e sucessivas a partir de setembro de 1991. (GIAMBIAGI, 2016 p.136).

O Plano Collor recebeu críticas de todas as partes. O bloqueio dos recursos foi considerado uma inadmissível intervenção estatal, que tirava a confiança dos poupadores no sistema financeiro nacional, com graves consequências para o país.

Para Pires (2010) durante alguns meses o governo Collor conseguiu diminuir

a taxa de inflação, contudo, escândalos políticos inviabilizou qualquer ação na política econômica. As denúncias de corrupção culminaram em um processo de impeachment, que levou a sua renúncia.

A renúncia do Presidente da República, todavia, não configurou ameaça à estabilidade das instituições. Depois de muita rotatividade, assumiu em 1993 como ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso no governo de Itamar Franco. Foi nesse contexto que nasceu o Plano Real que veio trazer estabilidade econômica.

O Plano Real foi originalmente concebido como um programa em três fases:

A primeira tinha como função promover um ajuste fiscal que levasse ao “estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira”; a segunda fase visava “a criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor — URV”; finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a sua estabilidade”.(GIAMBIAGI,2016, p.139)

A criação do real vem acompanhada de um amplo programa de desindexação e reforma monetária. Na área monetária, o cruzeiro real é substituído pelo real, na seguinte condição: R\$ 1 = US\$ 1 = 1 URV.

Para Pires (2010) O Plano Real faz parte de uma família de planos que utilizou a âncora cambial como mecanismo para estabilizar os preços. Sua matriz foi o plano de estabilização da república de Weimar, concebido e executado para combater a hiperinflação alemã de 1923-1924.

A moeda que serviu como âncora, no caso brasileiro, foi o dólar. A moeda norte-americana constituiu-se no substituto imediato das moedas domésticas, principalmente como reserva de valor.

Segundo Lanzana (2017) com a extinção da URV, não há mais indexador, e os preços, até então definidos em URV, passam a ser cotados no mesmo montante, em reais. Com isso, procurava-se quebrar o mecanismo de indexação, sem os traumas do congelamento. Além disso, para dar suporte legal à desindexação, ficava proibido qualquer reajuste de contrato com intervalo inferior a um ano.

A URV durou apenas quatro meses. Na prática, houve aceleração inflacionária no mês em que a URV foi introduzida e no mês que antecedeu à emissão do Real. Entretanto, a inflação entre abril e maio não se acelerou.

Em termos de resultados, na segunda fase do Plano, a inflação em cruzeiros reais acelerou (de 36,2% a. m. em dezembro de 1993 para 46,6%

em junho de 1994), em virtude do aumento do grau de indexação. Já na terceira etapa, “despencou” para 3,3% em agosto de 1994 e 1,5% em setembro de 1994. Tal queda, obviamente, é explicada pela “quebra”, ainda que parcial, do sistema de indexação. (LANZANA,2017,p.105).

O Plano Real trouxe estabilidade, contudo esta estabilidade custou um pouco caro para a economia do país. No plano financeiro, esse custo está associado ao endividamento externo e interno, em virtude da política de atração de capitais externos para ancorar a moeda nacional e do pagamento de juros dele decorrente.

Até a implantação do Plano Real, a história brasileira é marcada por uma profunda sequência de descontroles, como se pode observar no Quadro 2:

Quadro 2- Taxa de inflação Brasil

Ano	Inflação IGP-DI%	Ano	Inflação IGP-DI%	Ano	Inflação IGP-DI%	Ano	Inflação IGP-DI%	Ano	Inflação IGP-DI%
1970	19,2	1980	110,2	1990	1.476,6	2000	9,8	2010	5,6
1971	19,8	1981	95,2	1991	480,2	2001	10,4	2011	8,5
1972	15,7	1982	99,7	1992	1.158,0	2002	13,5	2012	6,0
1973	15,5	1983	211,0	1993	2.708,6	2003	7,7	2013	5,5
1974	34,5	1984	223,8	1994	1.093,8	2004	12,1	2014	3,8
1975	29,4	1985	235,1	1995	14,8	2005	1,2	2015	10,7
1976	46,3	1986	65,0	1996	9,3	2006	3,8		
1977	38,8	1987	415,8	1997	7,5	2007	7,9		
1978	40,8	1988	1037,6	1998	1,7	2008	9,1		
1979	77,2	1989	1782,9	1999	20,0	2009	-1,4		

Fonte: LANZANA, 2017, p.107

O descontrole do processo inflacionário brasileiro pode ser notado na inflação acumulada em cada década. Na história recente do Brasil, somente depois do Plano Real o país conseguiu conviver com um período grande de inflação controlada.

O Plano Real foi a sétima tentativa de estabilização da economia brasileira, e a primeira bem-sucedida, em mais de dez anos de luta contra a ameaça da hiperinflação. O sucesso do plano Real e o fracasso das tentativas anteriores de estabilizar a economia brasileira só podem ser entendidos no contexto histórico, econômico, social e político que marcou a economia brasileira e mundial. A vitória da inflação obtida no Plano Real foi sem dúvida uma grande e importante conquista.

O Plano Real de 1994, foi o mais bem-sucedido plano de estabilização inflacionária desse período de crise fiscal do Estado, foi complementado por um conjunto de reformas econômicas e ajuste fiscal, liberalização comercial, reestruturação das empresas privadas, privatização das empresas estatais e

reforma da administração pública. Até a implantação do Plano Real, o Brasil viveu diferentes experiências em termos de processo inflacionário.

O Plano Real fica na história como uma estratégia complexa e bem-sucedida de desmonte de um sofisticado sistema de indexação, construído ao longo de 30 anos, desde 1964.

3.5 A CRISE DE 2008

A crise internacional, desencadeada a partir do sistema financeiro dos Estados Unidos, atingiu fortemente o Brasil em setembro de 2008. As exportações brasileiras foram muito afetadas pela recessão dos países industrializados e desaceleração do crescimento dos países emergentes e os preços dos produtos que o Brasil exportava sofreram queda expressiva.

Segundo Lanzana (2017) a escassez de crédito internacional também impactou negativamente as exportações brasileiras, sendo que uma parcela significativa das vendas externas era realizada com adiantamento de contrato de câmbio (ACCs). Como consequência desse quadro, as exportações brasileiras no primeiro semestre de 2009 caíram 22% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O investimento de capitais dirigidos ao país também foi reduzido, com a retração do crédito internacional, queda dos investimentos das empresas multinacionais no mundo e crescimento da aversão ao risco. A taxa de câmbio sofreu significativo processo de desvalorização.

Para Pires (2010) Apesar de o Brasil apresentar melhores condições para enfrentar a crise, ele não poderia passar incólume aos seus efeitos. A contração da demanda externa, do crédito externo, forte desvalorização do real contra o dólar e contração do crédito doméstico foram alguns fatores que poderiam acelerar a crise no país.

Diante da crise, o governo interveio num primeiro momento. O Banco Central elevou a taxa de juros no final de 2008, por temer o impacto inflacionário do câmbio no mercado doméstico. Também diminuiu as taxas de juros chegando a 8,75%, e flexibilizou o depósito compulsório dos bancos.

Comparativamente às outras crises financeiras, o país enfrentou a crise em melhores condições. Os níveis elevados de reservas internacionais funcionaram como um amortecedor para a crise, evitando os impactos nefastos de fugas repentinas de capital. (PIRES,2010).

No ano de 2010, decorrido o primeiro ano após a maior crise mundial dos últimos setenta anos, o Brasil realçou suas qualidades e não foi afetado pela crise como os países desenvolvidos.

A economia começou a melhorar no segundo e terceiro trimestres de 2009. Assim, o quadro voltou a ficar favorável ao Brasil, na medida em que mostrou uma capacidade de retorno ao crescimento mais rápida que os demais países, tornando-se novamente foco de atração para os investimentos estrangeiros, com nova retomada do fluxo de capitais para o país. Além disso, o preço das commodities voltava a subir.

3.6 A CRISE DE 2014 E O GOVERNO DILMA

O governo Dilma iniciou em 2011 com um elevado crescimento econômico, combinado com aceleração inflacionária. Após uma profunda queda da taxa de crescimento econômico em 2009, provocada pela crise financeira internacional, a adoção de políticas anticíclicas de estímulo fiscal e monetário adotadas naquele ano conseguiu induzir a um amplo crescimento em 2010 ainda no governo Lula, que ficou em cerca de 7,5%.

Segundo Lanzana (2017) as políticas econômicas que já se mostravam eficientes no final do governo Lula foram intensificadas no primeiro mandato do governo Dilma. O intervencionismo do governo em excesso e o estímulo do consumo privado por meio de (créditos dos bancos estatais) e público (via expansão dos gastos do governo) fizeram com que esse modelo trouxesse resultados positivos no curto prazo (enquanto há capacidade ociosa), mas esse modelo se esgota na medida em que os investimentos não respondem.

A situação tornou-se mais grave em função de medidas adotadas com objetivos eleitoreiros. Entre eles o represamento artificial dos preços básicos da economia (energia elétrica, transporte público e combustível).

Para Gremaud (2017) O foco do governo no crescimento contribuiu para um aumento das taxas médias de inflação ao longo do governo, uma vez que a política centrou-se no objetivo de estimular a demanda tanto pela política fiscal como pela monetária e cambial.

Houve um trabalho intensificado para recuperar a competitividade da indústria nacional, que se fez tanto por meio de políticas creditícias, controles de preços, compras governamentais, desonerações tributárias, intervenções cambiais, revelando um forte ativismo estatal.

Para Giambiagi (2016) no final de 2015 o panorama para o governo era sombrio, envolvida numa profunda crise política e encarava uma recessão profunda, uma inflação anual de dois dígitos e um déficit nominal do setor público da ordem de 10% do PIB.

O segundo mandato da Presidenta Dilma não foi completado porque ela sofreu um processo de impeachment, levando-a a se afastar do governo em maio de 2016.

Quando a Presidente Dilma conquistou a reeleição, a política econômica que vinha sendo adotada há anos, marcada pelo expansionismo fiscal, pela perda de competitividade associada à dinâmica do salário real tinha tido seu prazo de validade vencido. (GIAMBIAGI,2016)

As acusações que embasaram o pedido de afastamento da presidente – as "pedaladas fiscais" e a assinatura de decretos de suplementação orçamentária sem a autorização do Congresso – foram de certa forma, um dos reflexos da crise econômica que afetou o país.

O maior erro do governo Dilma foi tentar repetir como "uma receita de bolo", as políticas econômicas do governo anterior. Fica claro, que o custo por políticas militantes é elevado. Em 2013 e 2014 o governo Dilma teve a oportunidade de ajustar a economia, mas escolheu postergar o enfrentamento dos problemas para fins eleitoreiros. Os erros principais do governo Dilma foram as políticas macroeconômicas.

Diante do exposto a pesquisa procurou responder e aprofundar o estudo dos ciclos econômicos que ocorreram no Brasil dos anos 30 até a segunda década do século XXI. Compreendendo que a administração de governos geraram impactos

decisivos na economia do país.

4 O IMPACTO DOS CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

Os Ciclos Econômicos que ocorreram no Brasil tiveram uma influência significativa nos ciclos econômicos de cada Estado, Regiões e Municípios. Assim como tiveram para a cidade de Caxias do Sul, especificamente. Pois o andamento de sua economia possui um peso muito importante para a região da Serra Gaúcha, bem como para o Estado.

A cidade de Caxias do Sul é uma das mais importantes para o Estado do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento de sua economia é considerado um dos principais fatores de expansão da cidade.

Diante do exposto, o presente capítulo tem por objetivo apresentar quais os impactos que os Ciclos Econômicos do Brasil exerceram na economia cidade de Caxias do Sul.

4.1 HISTÓRIA DA CIDADE

Caxias do Sul Localiza-se no nordeste do estado, sendo a cidade mais importante da Serra Gaúcha; a segunda cidade gaúcha mais populosa, superada apenas pela capital Porto Alegre. Conforme o IBGE (2020) a população estimada é de 517.451 pessoas.

A história da colonização de Caxias do Sul começa em 1875 com a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região serrana do Rio Grande do Sul. A região era percorrida por tropeiros, ocupada por índios e chamada Campo dos Bugres.

Quando chegaram, encontraram os índios caingangues e uma mata virgem. Os imigrantes na sua maioria eram camponeses da região do Vêneto, situada ao norte da Itália. Dentre eles encontravam-se lombardos, trentinos e outros. (RIBEIRO, 1992).

Embora tivessem ganhado como auxílio do governo, ferramentas, alimentação e sementes, esse mesmo auxílio teve de ser reembolsado aos cofres públicos. Inicialmente a sede da colônia era chamada de Campo dos Bugres.

Dois anos após a chegada dos imigrantes, a sede recebeu a denominação de Colônia de Caxias. No dia 20 de junho de 1890, foi criado o município e, em 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada sua instalação. (RIBEIRO, 1992).

Durante muito tempo, por falta de estradas e de outras formas de comunicação, as colônias italianas permaneceram como uma espécie de ilha em relação às demais sociedades existentes no estado.

O isolamento rural a que se viram submetidas favoreceu a projeção por muitas décadas, de seu modo de vida peculiar, baseado na pequena produção agrícola independente, na economia familiar de subsistência. (RADUNZ e HERÉDIA, 2015)

Ao longo desse tempo, novas levas de imigrantes chegaram. Em 20 de junho de 1890 foi criado o Município, desmembrado de São Sebastião do Caí. O nome, Caxias do Sul, foi uma homenagem ao Duque de Caxias.

Logo na primeira década do século XX, um marco para o desenvolvimento: no dia 1º de junho de 1910 chegava o primeiro trem, ligando a região à capital do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo dia, Caxias foi elevada à categoria de cidade. (RADUNZ e HERÉDIA, 2015).

A política imigratória justificava-se pela necessidade de colonização e povoamento. A experiência positiva com a imigração alemã possibilitou o surgimento de novos núcleos coloniais que seriam ocupados por imigrantes italianos.

Esses núcleos foram organizados na Encosta Superior do Nordeste, região formada por terras devolutas, delimitadas pelos Campos de Cima da Serra e pela região dos vales, de colonização alemã. (RIBEIRO, 1992).

A opção por esta área coube ao governo da província que, decidiu pela ocupação do território mais tarde denominado Região Colonial Italiana. A organização dos trabalhos coube a órgãos governamentais responsáveis pela identificação e exploração das terras, medição, demarcação e recepção dos imigrantes nas colônias.

Nas sedes das colônias, a responsabilidade pelos trabalhos ficava a cargo da Diretoria da Colônia, subordinada à Inspeção Especial de Terras e Colonização e, no caso do Rio Grande do Sul, sediada em Porto Alegre. (RIBEIRO, 1992).

A estrutura administrativa, prevista pela Lei de Terras de 1850 e legislação posterior, era mantida pelo trabalho de engenheiros, agrimensores, desenhistas, topógrafos, tradutores e escriturários e sustentou a criação na região da Serra Gaúcha.

A serra gaúcha era composta por três colônias: Colônia Caxias, Colônia Dona Izabel (Bento Gonçalves) e Colônia Conde D'Eu (Garibaldi), entre 1872 e 1875. A área era dividida em lotes rústicos e lotes urbanos. (SLOMP, 2010).

Formava-se dessa forma pequenas propriedades rurais, cuja principal força de trabalho era a familiar, destinada à produção de bens para subsistência e abastecimento do mercado interno. Os lotes eram pagos no prazo entre cinco e 15 anos.

O nome, Caxias do Sul, foi uma homenagem ao Duque de Caxias. Logo na primeira década do século XX, um marco para o desenvolvimento: no dia 1º de junho de 1910 chegava o primeiro trem, ligando a região à capital do Rio Grande do Sul. (SLOMP, 2010).

Apesar da denominação oficial, a Colônia Caxias era também conhecida por Campo dos Bugres, remetendo aos antigos habitantes da região: os índios caingangues.

Quando a colônia foi dividida em três diferentes sedes (Caxias, Nova Milano e Nova Trento), o povoado que abrigava a Diretoria da Colônia e a Comissão de Terras e Colonização passa a denominar-se Sede Dante ou Sede Principal. (SLOMP,2010).

O nome Dante era também a denominação da única praça existente na época: a Praça Dante Praça Dante Alighieri. Aliás, a homenagem ao famoso poeta italiano parece ter sido, também naquela época, o motivo que levou à adoção do nome Sede Dante.

Na figura 4 a "Sede Dante", em torno de 1876-77 quando Caxias sediou sua própria paróquia, a Paróquia de Santa Tereza.

Figura 4- Núcleo urbano primitivo de Caxias do Sul



Fonte: (AHMJSA) Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Em 20 de junho de 1890, por ato do governo estadual, o então distrito foi emancipado de São Sebastião do Caí, tornando-se município e passou a denominar-se Vila de Santa Tereza de Caxias. (GIRON E HERÉDIA, 2007).

Dessa forma, o Termo de Santa Tereza de Caxias ficaria dividido em três distritos: a sede, na Vila de Santa Tereza de Caxias; o distrito de Nova Trento; e o de Nova Milano.

As linhas do telégrafo cruzaram a Vila de Caxias em 1895, retirando-a de seu isolamento. Alguns anos depois, em 1906, era inaugurada a primeira rede telefônica e, em 1910, Santa Tereza de Caxias integrava-se ao número significativo de municípios riograndenses ligados pela viação férrea. (GIRON E HERÉDIA, 2007).

Caxias inaugurou sua estação ferroviária em 1910 e na mesma data através de um decreto (Decreto nº 1607) foi simplificado o seu nome para Caxias tornando a vila para a condição de cidade. Já em 1913 chegou também a iluminação elétrica em suas casas e ruas, oferecendo à cidade a energia dando um ar de progresso.

Outra modificação na denominação da cidade seria realizada através do Decreto nº 720 de 29 de dezembro de 1944 que, além de fixar nova divisão territorial, acrescentou ao nome da cidade, um elemento indicador de sua posição geográfica. Dessa forma, adota a denominação de Caxias do Sul. (GIRON E

HERÉDIA, 2007).

A iconografia disponível no site da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, conservada no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, revela alguns aspectos das construções da Vila de Caxias. Podemos identificar que as casas eram, em sua maioria, de madeira e sem pintura, deixando-as com um aspecto rústico.

Figura 5- Vista panorâmica do centro de Caxias em 1918



Fonte: (AHMJSA) Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

A figura 5 oferece um panorama do amontoamento das habitações criticado pela municipalidade, no Código de Posturas de 1893. Indica o centro urbano da cidade que o Poder Público planejava e desejava harmonizar e embelezar. (RADUNZ e HERÉDIA, 2015). Giron e Herédia 2007

Entretanto, no Código Administrativo de 1921, tais requisitos foram redigidos de forma mais contundente e com uma aplicabilidade mais rápida, pois em 1920, a população já contabilizava 33 mil habitantes. (FEE, 1981).

O Código Administrativo foi criado para viabilizar o controle da vida coletiva e garantir o crescimento higiênico e ordenado da cidade para que a transformação do espaço urbano não originasse uma ocupação desordenada.

O desenvolvimento da economia caxiense pode ser considerado o principal

fator de expansão da cidade. A cidade abriga o segundo maior polo metal mecânico do Brasil.

Apenas parte da população é descendente dos imigrantes italianos que chegaram à região no final do século XIX. Ao longo da sua história, Caxias do Sul recebeu imigrantes das mais diversas etnias, vindos de diferentes cidades do Brasil e outros países.

4.2 PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS DA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município ao longo dos séculos XX e XXI. O primeiro deles está ligado ao traço mais forte de sua identidade: o cultivo da videira para consumo próprio; o segundo, para comercialização. Ainda nas primeiras décadas do século passado surgiram as fábricas metalúrgicas e têxteis, as quais, tempos depois, viriam a se consolidar como polos industriais atuantes. (RIBEIRO, 1992)

Na zona rural instala-se a agricultura de subsistência que se concentra na produção de uva, trigo e milho, começando a industrialização em nível doméstico. Todo o excedente era comercializado. No início, a uva e o trigo. Em 1976, é criada a Universidade de Caxias do Sul, núcleo da cultura sistematizada.

É através da Uva e do Vinho, que Caxias se notabilizou, sendo o berço do turismo do Estado quando, em 8 de março de 1931 foi inaugurada a primeira feira a levar o nome de "Festa da Uva". Com uma exposição de vinhos e uvas. (Herédia, 1998).

Foi a partir da instalação da indústria automobilística no país, no final da década de 1960, que a indústria metalmeccânica viveu sua grande fase de expansão. De fornecedora de peças e componentes, Caxias do Sul passou a fabricar produtos de alta qualidade. (RIBEIRO, 1992)

Caxias do Sul se tornou uma das principais cidades do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente para a economia, se destacando nesse segmento. Passou por vários ciclos tidos como principais que veremos adiante, como o cultivo e

comercialização do vinho e mais tarde a industrialização, tornando uma economia forte regional capaz de ser resiliente dentre tantas crises nacionais.

4.2.1 Evolução agrícola e a produção e comercialização do vinho

No princípio, a produção agrícola das colônias de imigrantes italianos centrou-se nas culturas de sobrevivência, com a produção de mandioca, milho, feijão, arroz, trigo, batata-doce, cevada, cana e centeio. O solo tinha baixa qualidade e esgotava-se no final de poucos anos. As técnicas rudimentares fizeram com que fosse feito rodízio de terras em vez de culturas.

Com o tempo, o melhor conhecimento do solo, do clima, das variedades de cultivo adaptados à região fez com que a produção fosse aumentando. Em 1900, incrementou-se o cultivo de frutas de clima temperado, como a uva, o marmelo, a maçã e a pera. (HERÉDIA, 1997)

No espaço rural a principal figura era a do agricultor e a mão de obra na maioria das vezes era familiar. Já no espaço urbano as principais figuras eram a do artesão, operário e comerciante.

O agricultor que era expulso da terra se tornava operário na região urbana, sendo mão de obra disponível aos mais diversos ofícios na segunda década da cidade. O comerciante também tinha grande influência na economia e política da cidade. (SILVA, 2018)

Os comerciantes da vila tiveram grande participação no desenvolvimento econômico dos primórdios da cidade. O comerciante juntava a produção da colônia e a revendia nas aglomerações urbanas que se formavam.

A acumulação gerada tornou possível aplicar parte do capital comercial no financeiro, formando assim as primeiras Casas de Comércio, centralizando ainda mais o capital no comerciante. (HERÉDIA, 1998).

O comerciante detinha poder na produção, por causa do transporte e, em parte, também pelo crédito, tornando-se ainda mais senhor do mercado. Nas Casas de Comércio recebia-se a produção agrícola, que era estocada e revendida em épocas vantajosas, dando pequenos juros aos produtores.

A acumulação gerada permitiu a diversificação da aplicação dos produtos

hortifrutigranjeiros, as inversões passaram para o vinho e depois para a indústria. O capital comercial sustentou a formação e o aumento da produção industrial. (HERÉDIA, 1998).

Alguns eventos econômicos que ocorreram na primeira metade do século XX fortaleceram ainda mais o aumento da produtividade da indústria local substituindo importações.

Segundo Silva (2018)), três eventos marcantes alteraram a divisão internacional do trabalho: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Crise de 29 (iniciada em 1929, mas com reflexos mais fortes até 1933) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com esses acontecimentos ocorreram dificuldades de produção e exportação dos países desenvolvidos para o abastecimento do mercado brasileiro dando fôlego para a industrialização local. A substituição de importação contribuiu, no entanto, no processo de industrialização da zona colonial, iniciado até mesmo antes de 1930.

Os primeiros setores a se desenvolver foram a indústria alimentícia (os moinhos, as cantinas) e a indústria extrativa (madeira). A partir das necessidades de aperfeiçoar a produção agrícola, foram produzidos artefatos manufaturados que abasteceram o mercado local, o mercado das colônias e mais tarde o nacional. Observa-se que à medida que cresceu o mercado local, houve um aumento de estabelecimentos que se dedicaram ao beneficiamento da matéria-prima agrícola, como o caso da uva, do vinho, da banha, da aveia, do feijão. Pode-se dizer que a agroindústria se expandiu de forma vertical, seja pela produção, seja pelo consumo. (HERÉDIA, 1998, p. 69).

Com esses acontecimentos ocorreram dificuldades de produção e exportação dos países desenvolvidos para o abastecimento do mercado brasileiro dando fôlego para a industrialização local. A substituição de importação contribuiu, no entanto, no processo de industrialização da zona colonial, iniciado até mesmo antes de 1930.

Ao chegar ao Rio Grande do Sul, os italianos teriam encontrado uma rede de comercialização já estabelecida por imigrantes alemães, o que facilitou a colocação de sua produção no mercado. (RIBEIRO, 1992)

Uma vez criados os canais de distribuição próprios dos italianos, eles criaram meios para a geração de um capital a ser investido em estabelecimentos comerciais

que, futuramente, possibilitou a acumulação de capital capaz de promover a industrialização local.

A cidade de Caxias do Sul foi um grande centro comercial e posteriormente industrial, devido à fabricação de vinho, banha e farinha. (RIBEIRO, 1992)

Não se pode deixar de mencionar a importância da capital, Porto Alegre, como grande ponto de distribuição dos produtos da Colônia para o interior do estado, assim como para o restante do país e do exterior.

O primeiro registro de venda de vinho de Caxias do Sul para Porto Alegre data de 1889, impulsionando a produção vitivinícola da região e levando os comerciantes locais a se organizarem em associações. (RIBEIRO, 1992)

Estas associações foram criadas visando defender seus interesses, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dos transportes na região. Com a chegada do trem em 1910, a produção e o comércio vitivinícola se fortalecem de tal modo, a ponto de se tornarem a base da economia local durante toda a primeira metade do século XX. Quando começa a perder força, dá lugar ao desenvolvimento da indústria na cidade.

O tropeiro teria sido quem introduziu o comércio, vindo dos Campos de Cima da Serra e trazendo em suas viagens, mercadorias arrecadadas em vários estados. Na colônia, ele troca excedentes produzidos pelos colonos como, por exemplo, o sal por pão, o sal por salame, por vinho. (SALES, 2006).

Na história do Brasil, o tropeiro é o paulista. Ele veio pra cá em busca do gado solto, montou comitivas pra vir pegar esse gado e levar pra São Paulo, e viu a possibilidade de comercializar produtos de São Paulo em pequena quantidade, em falta na Colônia, dessa forma introduzindo o comércio em Caxias do Sul.

A cultura do vinho foi a que melhor se desenvolveu na cidade, porque o imigrante italiano trouxe o costume de cultivar a videira pra consumo próprio, sem fins comerciais. Aqui ele teria desenvolvido a cultura do vinho, a ponto de poder comercializar o produto. (SALES, 2006).

A cultura do italiano é marcada pelo cultivo do vinho. Outro produto que era bastante comercializado era a banha de porco. Nem todos os imigrantes criavam porcos, que tinham bastante gordura e essa gordura servia para cozinhar e também para a conservação da carne.

Um acontecimento importante para a economia caxiense foi a criação da Festa da Uva (Festa da Colheita de Uva) em 1931 e acompanhou vários momentos da história da migração italiana para o Brasil. Assumiu ao longo do tempo um papel de mostrar a economia local e regional. (ZANINI E SANTOS, 2013).

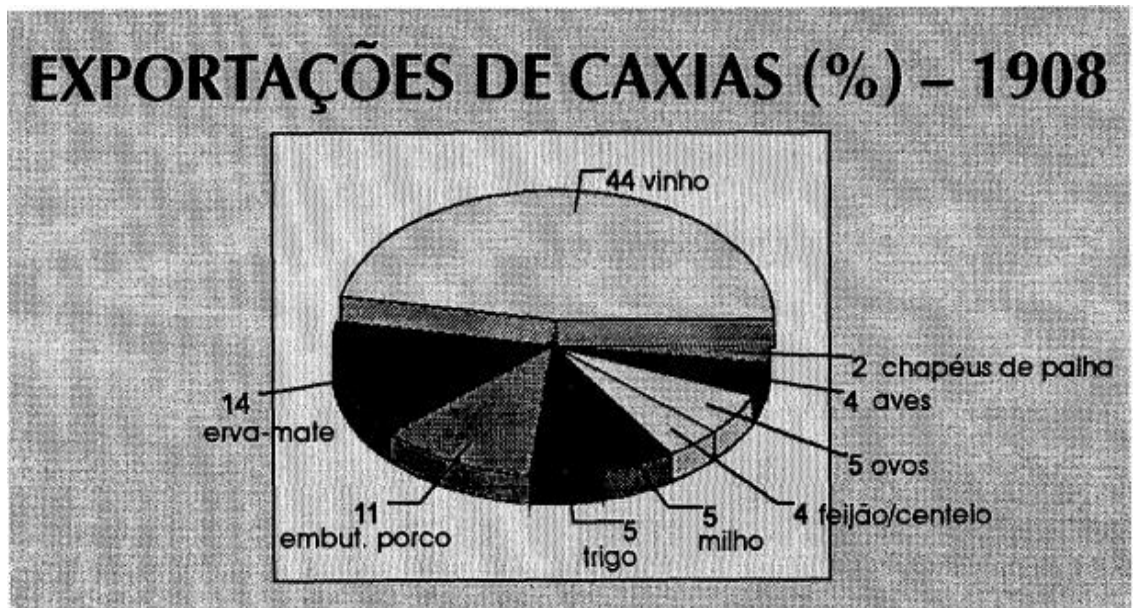
O cultivo de uva se intensificou na Serra Gaúcha, transformando-se, em poucos anos, na principal fonte de riquezas da região. Os imigrantes e seus descendentes produziam vinho e começaram a vendê-lo para outras regiões do Rio Grande do Sul e mais tarde passaram a abastecer também São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Ribeiro (2002, p.22-23), a existência Festa da Uva pode ser dividida em momentos: o primeiro, na década de 30, com seu nascimento; o segundo, que começaria na Festa da Uva de 1950, após os acontecimentos da II Guerra Mundial ; o terceiro, partindo das comemorações do centenário da imigração italiana, em 1975, e, o quarto momento, a partir de 1992 e 1994, quando a festa começa a ter um caráter mais comunitário.

A participação de Caxias na economia do Estado ocorreu desde os primeiros tempos através da produção oriunda da pequena propriedade agrícola orientada para o mercado e o vinho logo se afirmaria como o principal produto de Caxias.

Em 1908 apresenta a produção Caxiense já destacando o vinho como o responsável por 44% da produção local, seguido da erva-mate e derivados da suinocultura. (BALDISSEROTTO, 1995)

Figura 6- Exportações de Caxias do Sul em 1908

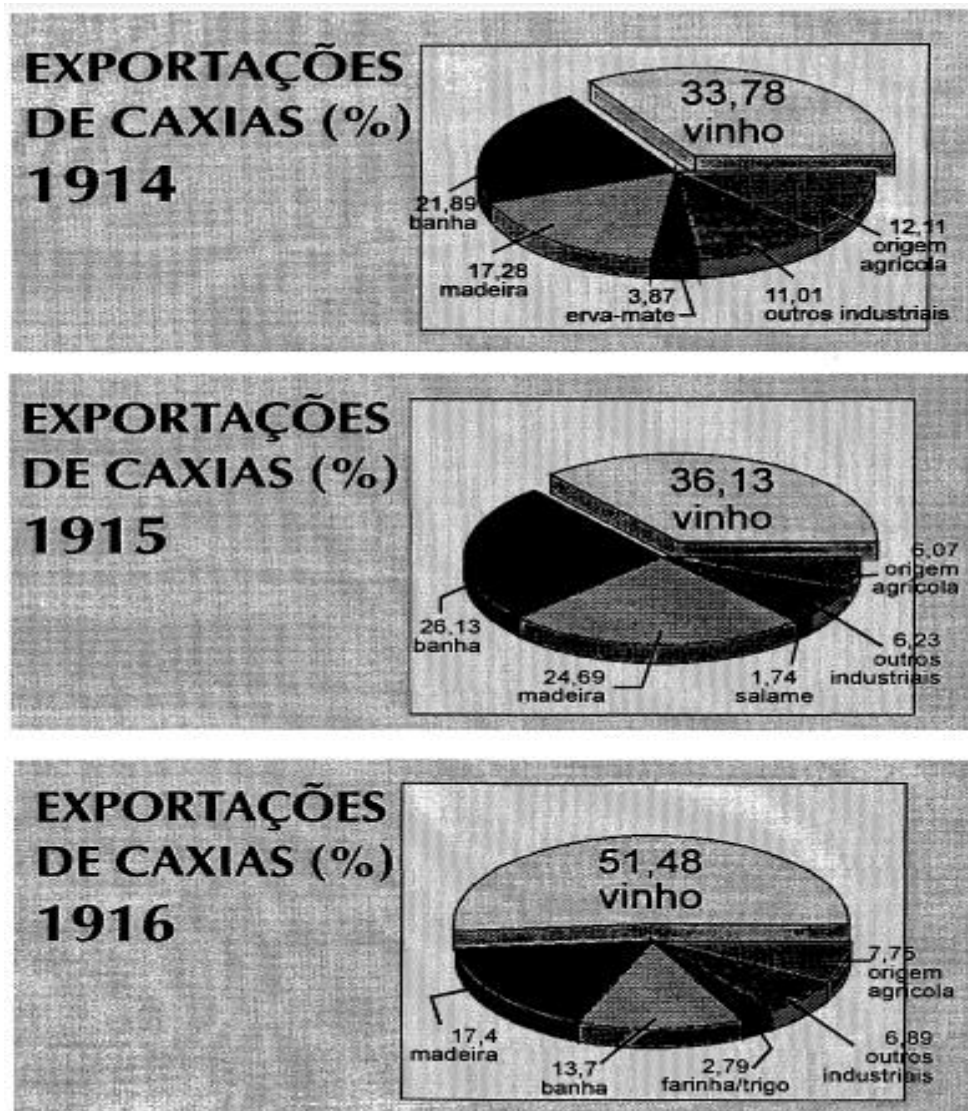


Fonte: Lassance, op. Cit.

Este período registra a consolidação industrial no Rio Grande do Sul com uma produção de bens de consumo não duráveis, de beneficiamento dos produtos agropecuários e fabricação de máquinas para a agricultura.

No ano de 1914 destacam-se entre os industrializados o vinho, a banha, enquanto os produtos agrícolas ficam com 12,11% das exportações. E a produção do vinho continua se destacando nos anos seguintes.

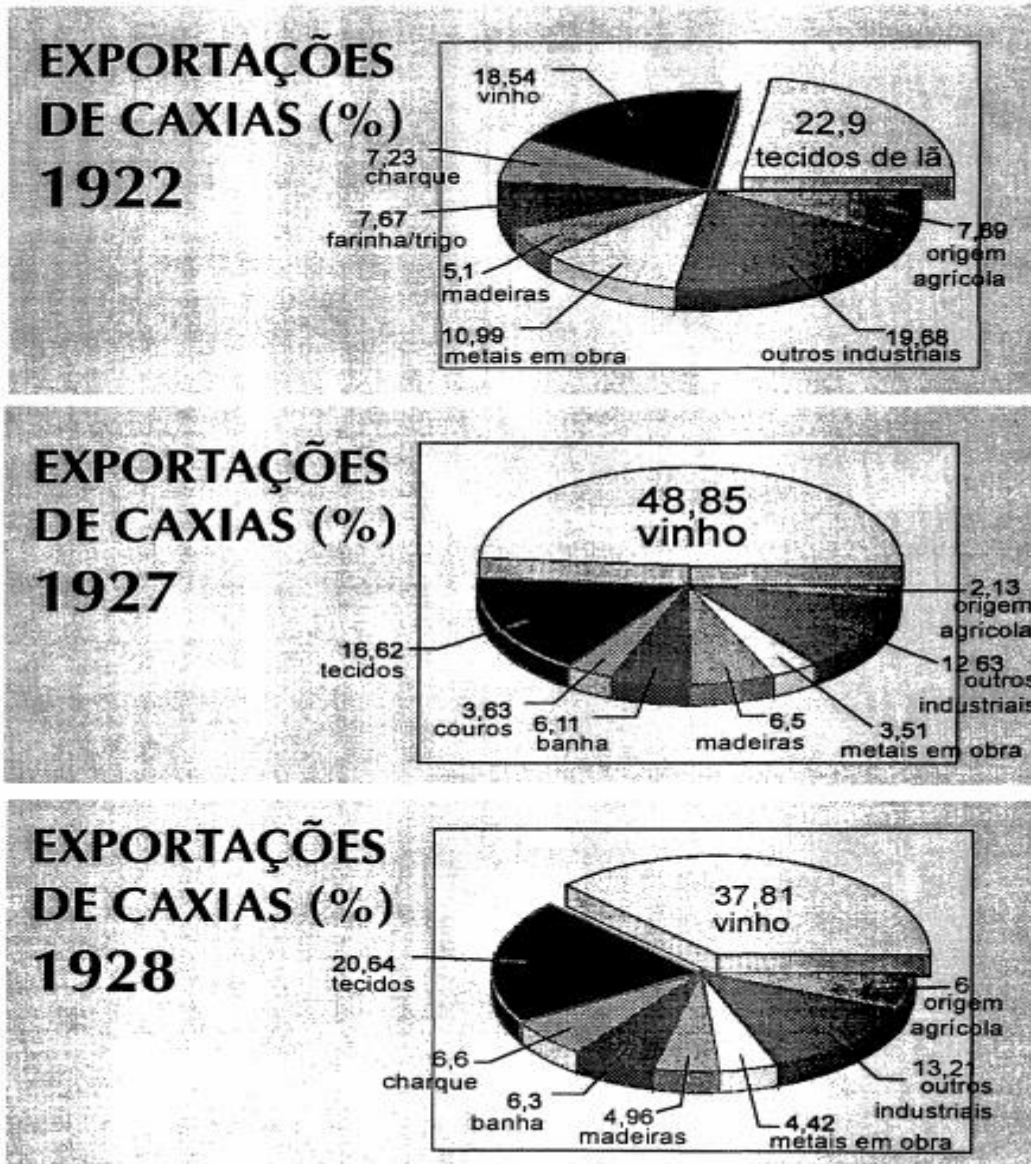
Figura 7- Exportações de Caxias do Sul 1914-1916



Fonte: Relatório dos Intendentes (AHM)

O processo tem continuidade na década de 1920 com a superioridade dos produtos industriais, inclusive o vinho que conquista a maior fatia do mercado.

Figura 8- Exportações de Caxias do Sul 1922-1928



Fonte: Relatório dos Intendentes (AHM)

Em 1927 o vinho fica com 48 %. Com exceção em 1922 em que os tecidos obtiveram o primeiro lugar. Na série dos anos demonstrada alcançou sempre o primeiro lugar o que confirma a especialização agrícola comercial.

4.2.2 Industrialização

A origem da indústria Caxiense deu-se em 1895 com a atuação de um jovem

italiano, com apenas 16 anos. Abramo Eberle e inicia com uma pequena funilaria. Devido ao grande desenvolvimento em 1910, recebeu ligação por via férrea e a sede foi elevada à categoria de cidade. Caxias do Sul recebeu três títulos pelo destaque que vem tendo em nosso Estado. Capital do Planalto, MetrÓpole do Vinho e Pérola das Colônias, o último é o que se tornou mais popular.

Durante a 1ª Guerra Mundial observa-se um crescimento ao lado do progresso de toda a região neste período. Esse progresso realmente é significativo de 1916 a 1919 os lucros foram muito bons, superando em mais de quatro vezes os lucros dos anos que antecedem. (LAZZAROTTO, 1981).

No início do século XX, com o crescimento das famílias, o fracionamento da terra e a baixa valorização dos produtos agrícolas, ocorre o primeiro processo de expulsão da terra e proletarização do agricultor e artesão, criando um contingente de mão de obra a ser utilizado pelas indústrias em seus primeiros momentos. (SILVA, 2018).

A indústria metalúrgica, em Caxias do Sul, tornou-se um dos principais sinônimos da modernidade e evolução, bem como transformou-se em sonho de ocupação de trabalho de uma massa migrante.

A metalúrgica soube aproveitar a expulsão do campo que sofria o camponês e forjou-se como um pólo de atração sustentando uma migração constante que não veio melhorar sua situação [...] A evolução da Metalúrgica Eberle, como toda e qualquer empresa capitalista dos países subdesenvolvidos, tem bases na visão política de seus dirigentes, na oportunidade histórica que o momento nos oferece, mas que principalmente aproveita uma mão de obra economicamente disponível. (LAZZAROTO, 1981, p. 192).

Com isso percebeu-se um aumento do crescimento urbano de pessoas que vieram da colônia para trabalhar na indústria em troca de promessas de crescimento econômico.

Diversas indústrias, entre elas as metalúrgicas Eberle e Gazola e o Lanifício São Pedro, têm suas produções aumentadas com a Segunda Guerra Mundial, passando a fabricar armamento, munição e cobertores para o Exército brasileiro. (MACHADO, 2001)

O aumento de produção se dá pelo uso total da planta produtiva das fábricas, trabalhando com capacidade plena e aumento de horas de trabalho com serões. Os trabalhadores destas empresas eram impedidos de abandonar seus postos de

trabalho, sob pena de serem considerados desertores.

Quadro 3- Composição da atividade industrial em Caxias do Sul – produção industrial (1948)

Estabelecimentos	Nº	Capital aplicado em Cr\$	Força Motriz	Funcionários	Valor de produção em Cr\$
Ind. Da alimentação	88	34.311.182	1.857	1.425	130.744.193
Ind. Da borracha e do couro	35	3.677.643	752	491	13.963.043
Calcários	31	2.616.055	378	329	5.218.853
Ind. Das construções	11	243.862	46	186	7.126.852
Ind. Da eletricidade	12	4.519.048	2.912	75	1.492.914
Ind. Da madeira	61	10.309.818	588	550	22.648.472
Ind. Metalurgica	70	10.524.900	3.017	1.556	42.258.398
Ind. Quimica	7	1.887.917	402	86	5.639.398
Ind. Textil	16	16.010.441	2.290	1.131	39.714.115
Ind. Do vestuário	31	1.206.108	22	204	16.297.808
Ind. Diversas	51	2.053.758	84	252	6.138.416
Total	413	87.360.732	12.348	6.275	291.242.423

Fonte: Caxias do Sul, Esboço histórico da colonização. Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 165. In: SILVA, 2018.

É possível observar no quadro que as indústrias metalúrgicas eram as que mais empregavam. Mas nos anos 40 ainda não apresentavam todo o potencial que viriam a ter anos mais tarde.

As indústrias alimentícias tinham forte importância, sendo as que mais possuíam estabelecimentos industriais, capital aplicado, valor de produção, e as segundas com maior número de operários. (SILVA, 2018).

O governo federal nos anos seguintes começou a investir nas indústrias através de uma orientação de substituição de importações, isso estimulou a indústria local fazendo com que surgisse novas metalúrgicas na região por volta dos anos 50.

Segundo (Silva, 2018) com estímulo à produção metalúrgica, nascem diversas empresas que, em poucas décadas, tornaram-se muito influentes como

Dambroz S/A (1946), Intral S/A (1950), Madal S/A (1946), Marcopolo S/A (1949), Randon S/A (1952), Frasle S/A (1954), entre outras.

Segundo (Breitbach, 2002) uma outra característica marcante do processo econômico foi a concentração do parque fabril no eixo Porto Alegre - Caxias, pois se em 1940 já possuía significativos 47,35% do produto industrial regional, cresceu continuamente até atingir 69,94%, nos anos 70.

O que também favoreceu a instalação das indústrias foi devido a uma melhor infraestrutura da cidade e pela localização e urbanização existentes. O dinamismo industrial se intensifica a partir de 1970, fazendo da região de Caxias a segunda em importância industrial no Estado.

Os gêneros industriais mais importantes da região, segundo dados da Secretaria da Fazenda, são: material de transporte, mobiliário, produtos alimentares, metalúrgica, vestuário, calçados e artefatos de tecido, que juntos representam 63% da indústria regional.

Os dados econômicos demonstram o grande dinamismo da região, que tem um crescimento típico de uma economia de base industrial. A expansão populacional está intimamente ligada ao dinamismo da atividade industrial, que atrai populações de outras áreas do Rio Grande do Sul, e mesmo de outros estados.

Segundo (Breitbach, 2002), a diversificação é um pilar importante para o desenvolvimento de Caxias, principalmente se for considerado o grau de incertezas e de riscos que reina no âmbito da economia mundial.

A economia diversificada mostrou-se melhor do que uma especialização, em termos de médio e longo prazo. Ocorreu um desenvolvimento sustentado, uma dinâmica econômica territorializada capaz de se manter no decorrer do tempo. Capaz de criar alternativas frente às adversidades do mercado, sem ver suas bases de sustentação ameaçadas.

Segundo HEREDIA e PERUZZO (1998, p.153) as mudanças tecnológicas ocorreram por meio da introdução de equipamentos microeletrônicos adaptados à tecnologia convencional. Isso significa que houve introdução de novas tecnologias através de máquinas e controles, mantendo-se entretanto a estrutura tradicional do tecido industrial.

O que se pode dizer da região de Caxias no que concerne à reestruturação

industrial é que ela tem procedido a modernizações sem abandonar totalmente características tradicionais de produção. Muitas vezes, num mesmo chão de fábrica, encontram-se equipamentos automatizados ao lado de outros de base mecânica simples.

Uma estrutura industrial diversificada tem mais chances de se recuperar de crises passageiras, permitindo que os ramos com melhor desempenho assumam o comando, quando alguns passam por dificuldades. (BREITBACH, 2002).

Assim, o desemprego em um ramo pode significar absorção de mão-de-obra por outro. O importante é que a região diversificada de Caxias é mais adaptável, mais flexível às mudanças econômicas do que uma região altamente especializada.

A região de Caxias do Sul é dinâmica e mantém uma performance industrial considerável porque é diversificada. Embora os reflexos da crise econômica dos anos 1980 tenham se feito sentir na região, esta não teve sua trajetória gravemente comprometida em função disso. (BREITBACH, 2002)

Parece haver algo de diferente na região de Caxias, que faz com que sua economia cresça, novos ramos sejam criados e se expandam, outros sofram uma reconversão. Isso só pode ser obtido em uma região com um mínimo de diversificação industrial, em que as trocas intra-regionais sejam desenvolvidas.

Há gêneros industriais tradicionais que se desenvolveram na região e ao mesmo tempo desenvolveram a região, como a mecânica e a metalúrgica, que alimentam com insumos e bens de capital diversos outros gêneros. (BREITBACH, 2002).

A diversificação da região de Caxias é um traço de sua formação histórica, não sendo portanto uma característica recente. Esse fato confere um certo grau de solidez à estrutura econômica regional que se tem. As possibilidades de crescimento econômico da região de Caxias estão dadas pelo caráter diversificado de sua indústria, que mesmo sem uma visão de longo prazo, parece ter o dinamismo suficiente para levar adiante esse processo.

Além da diversificação industrial, outros fatores estão na origem desse dinamismo. Pode-se citar a influência dos salários relativamente superiores aos encontrados em outras regiões, aliando-se a isso a boa formação da população local, que enseja uma qualificação da mão de obra mais elevada, resultando numa

produtividade maior. Outra fonte de dinamismo econômico da indústria regional pode ser identificada na diversidade de mercados consumidores, incluindo o incremento da atividade exportadora.

4.2.3 Contexto político-econômico nacional

O modelo econômico brasileiro adotado na década de 30 era mais voltado à produção agrícola de exportação de produtos tropicais e exportação de café, principal produto à época. Após o início da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 29 impactou drasticamente a produção agrícola.

Após a recessão dos países desenvolvidos, além de afetarem as exportações, também dificultaram a importação de produtos industrializados. Nacionalmente, a mudança política trazida pela Revolução de 1930, conduziu o País a um novo modelo de desenvolvimento (SILVA, 2018)

A política adotada pelo Brasil passou a estar ancorada na ideia da industrialização pela substituição das importações, o que incentivou e fortaleceu as indústrias de bens não duráveis (tecidos, calçados, alimentos...).

Em Caxias do Sul, economicamente, as décadas de 50, 60 e até o início da de 70, do século XX, continuaram a ver o extrativismo como uma das atividades com maior capital aplicado e com maior participação na produção de Caxias do Sul. (SILVA, 2018).

Com a continuação dos governos de características nacionalistas desenvolvimentistas, nas décadas de 50 até 1964 continuou o estímulo à industrialização.

As madeireiras De Zorzi, Caxiense, Industrial, Madezatti e Pisani⁹ tiveram parcela considerável na economia, com fábricas espalhadas pela região e com a importante participação regional, além de influência nos meios de comunicação e negócios com o Exterior. (MACHADO, 2001).

⁹ Conforme os dados da pesquisa “Hierarquia Sócio-Econômica das Indústrias dos Principais Municípios da Encosta Superior do Nordeste”, feita em 1977, encontrava-se a Madeireira De Zorzi em 1º lugar com um capital de Cr\$ 226.617.000,00; seguida por Metalúrgica Abramo Eberle S. A. com Cr\$ 163.888.000, 00; Randon S. A., com Cr\$ 145.009.000,00; Agrale S. A., com Cr\$ 139.772.000,00, e Marcopolo S. A., com Cr\$ 122.641.000,00)

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) houve maior incentivo ao desenvolvimento industrial ligado à indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital, com especial interesse na indústria automobilística seguindo o interesse pela substituição de importações.

As indústrias metalúrgicas aproveitaram-se da política nacional de favorecimento à industrialização, investindo na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital, dentre elas as indústrias Caxienses. (MACHADO, 2001).

O crescimento acelerado do período militar foi alcançado durante alguns anos, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, sendo batizado de “milagre econômico brasileiro”. Mas o estado já não tinha mais condições de financiar a indústria, foi então que recorreu novamente à capital estrangeiro, pois a tecnologia industrial no Brasil estava muito atrasada.

Nessa fase, nacionalmente, os grupos estrangeiros voltaram seu interesse para a indústria metalúrgica local que ainda dispunha de um maquinário atrasado. Os casos mais visíveis foram na Randon e Marcopolo, que tiveram grande aumento em suas instalações, contratações de mão de obra e criação de filiais em outros estados e países. (SILVA, 2018)

A mudança trazida pela nova orientação econômica dos bens de consumo maciço para os bens de consumo duráveis aumentou a tecnologia nas indústrias, mas o consumo ainda era pouco, isto trouxe desemprego, opressão salarial e concentração de renda; no período denominado de ‘O Milagre Brasileiro’.

Com a crise do petróleo em 1974 o crédito internacional tornou-se dificultoso, isso fez com que o governo nacional priorizasse as exportações para melhorar a balança comercial. Com isso as empresas caxienses não sentiram tão intensamente a crise, já que comercializavam com outros mercados, e assim tinham facilidade de crédito com o governo. (SILVA, 2018)

Com isso, as exportações caxienses cresceram mais de 100% através do incentivo do governo comparando com o primeiro semestre de 1974. As importações tiveram queda devido ao aumento das tributações.

Neste mesmo período a política dos gastos públicos mudou dando preferência para a construção de infraestrutura, transporte ou bens públicos. O

governo também deu subsídios diretos, com a isenção de impostos, baixas taxas de juros para esses segmentos. (MACHADO, 2001)

Ocorreram diversas falências de empresas da indústria vinícola nesse período devido a diversas críticas quanto à manipulações erradas e adiconamentos inadequados nas indústrias desse setor.

Além da retração do mercado consumidor, o descrédito ao mercado desse segmento levou em 1975 várias empresas a declarar em falência a Vinhos Luiz Antunes, Mosele e Michelin. (SILVA, 2018)

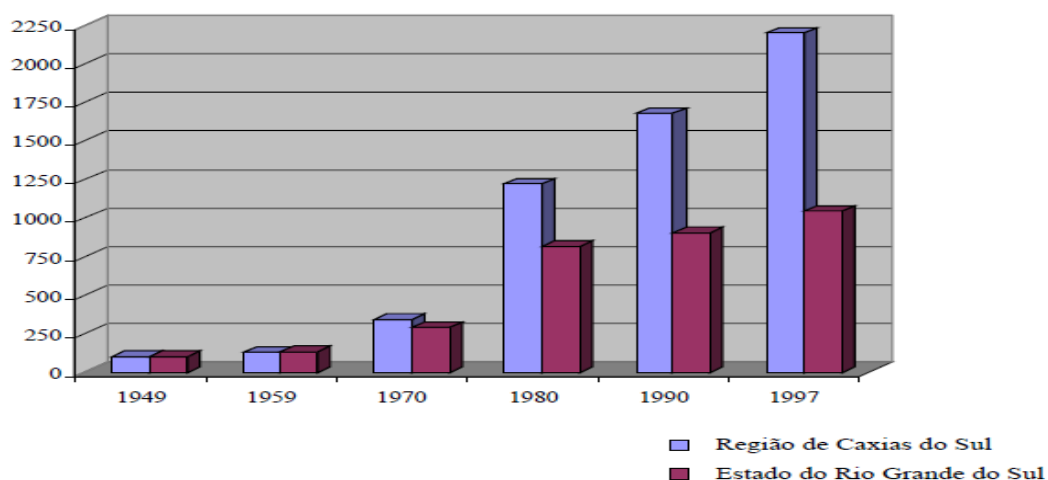
Na zona rural o sistema de mecanização, utilização de sementes híbridas, fertilizantes e insumos químicos fez com que a produção agrícola aumentasse assim como ocorreu com a agricultura nacional.

O ramo de material de transporte muito importante na região e hegemônico no contexto caxiense sofreu um grande impulso na década de 1970, com o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira, acompanhado de grandes investimentos na infraestrutura de transporte rodoviário. (BREITBACH, 2002)

Os efeitos multiplicadores desse ramo industrial se fizeram sentir fortemente na região, tendo-se desenvolvido o que é geralmente chamado "polo metal-mecânico".

A figura abaixo ilustra esse crescimento, comparando o crescimento do PIB total da região com o do Estado.

Figura 9- Índice do PIB a preços constantes



Fonte: Renda Interna Municipal 1939-1980. PIB Municipal do RGS, NCR/FEE

No que se refere à atividade industrial, os dados mostram que o produto interno bruto industrial da região, que representava em 1970 10% do PIB industrial do Estado passou a ser da ordem de 15,4% em 1997. (FEE, 2002)

Isso significa que a indústria da região cresceu a ritmo mais acelerado do que a indústria do Rio Grande do Sul.

4.4 ECONOMIA DA CIDADE NO SÉCULO XXI

Como se sabe, a região de Caxias do Sul não é uma região pobre, no seu conjunto, exibindo um PIB per capita que está dentre os mais elevados do estado. A pobreza pode aparecer, entretanto, quando se examina indicadores como habitação, saúde, saneamento, que expressam as carências de serviços básicos à população. A cidade foi fundada em 20 de junho de 1890.

O setor terciário (serviços e comércio) é o mais representativo da economia, sendo responsável por 52,96% da riqueza produzida, que é resultado da urbanização acelerada. Segundo a Prefeitura de Caxias do Sul (2018), é a principal cidade do interior do Rio Grande do Sul.

Caxias do Sul obteve nos indicadores do IDESE, um índice maior que 0,858, apontando um alto grau de desenvolvimento. Quanto mais próximo de um, melhor o desempenho. O IDESE é um índice sintético calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), que visa medir o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos.

Tudo isso faz com que a economia do município seja a segunda do estado do Rio Grande do Sul, com PIB de R\$ 21,7 bilhões, colocando Caxias do Sul entre as primeiras 100 cidades do país, incluindo capitais, e ocupa o 40º lugar. Segundo o Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Estado, que divulgou a atualização dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios gaúchos, referente ao ano de 2017.

No índice, liderado por Porto Alegre, Caxias aparece na segunda colocação entre os 10 maiores PIBs do ente federativo. Caxias é o único da Serra no ranking.

Os 10 municípios elencados concentram 42,3% do PIB do Rio Grande do Sul.

Tabela 6- PIB dos municípios do Rio Grande do Sul

Posição	Município	PIB(Bilhões)	Participação no PIB RS
1	Porto Alegre	R\$ 72.862.306	17,5%
2	Caxias do Sul	R\$ 21.717.020	5,1%
3	Canoas	R\$ 18.947.513	4,5%
4	Gravataí	R\$ 12.406.079	2,9%
5	Rio Grande	R\$ 9.215.701	2,2%
6	Triunfo	R\$ 8.803.874	2,1%
7	Novo Hamburgo	R\$ 8.736.151	2,1%
8	Passo Fundo	R\$ 8.584.861	2%
9	Pelotas	R\$ 8.573.355	2%
10	Santa Cruz do Sul	R\$ 8.238.767	1,9%

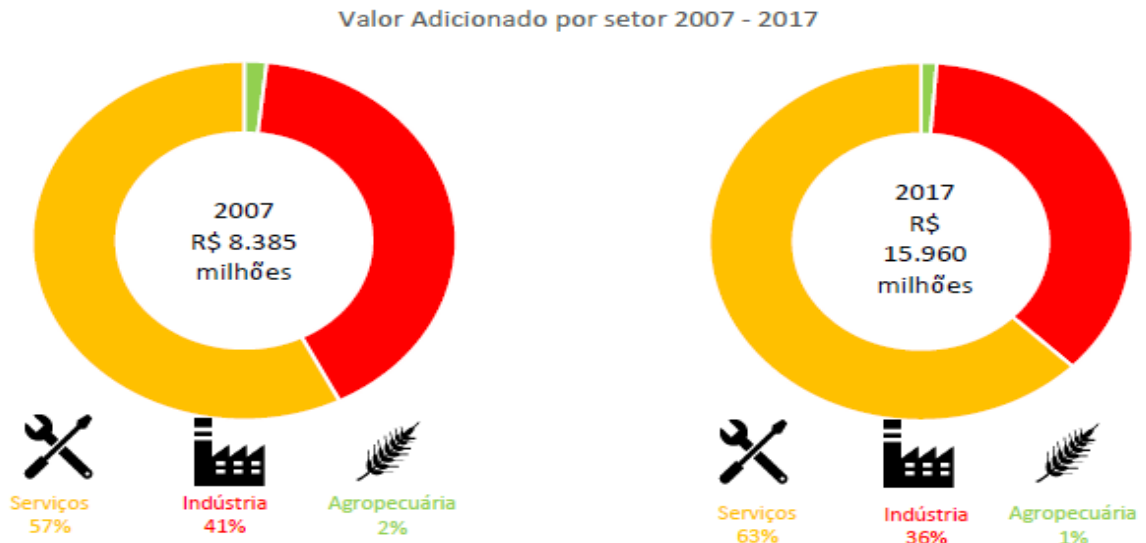
Fonte: Jornal O Pioneiro

Porto Alegre mantém-se como maior PIB, totalizando em torno R\$ 73,9 bilhões; Caxias do Sul registrou montante de R\$ 21,7 bilhões e Canoas, de R\$ 18,9 bilhões. No ranking nacional, quatro cidades gaúchas aparecem entre os 100 maiores PIBs do Brasil: Porto Alegre, na 7ª colocação; Caxias do Sul na 40ª, Canoas na 47ª segundo Departamento de Economia e Estatística (DEE).

O peso maior da atividade industrial está concentrado no segmento metal-mecânico, um dos mais dinâmicos e diversificados do Brasil. É o segundo maior polo do Brasil.

O setor produtivo com maior representatividade de Caxias do Sul é o dos serviços, que representou 63% do Valor Adicionado Bruto (VAB), com R\$ 10 bilhões, seguido pela Indústria com 36% e da Agropecuária que representa 1%. Conforme o último IBGE 2017.

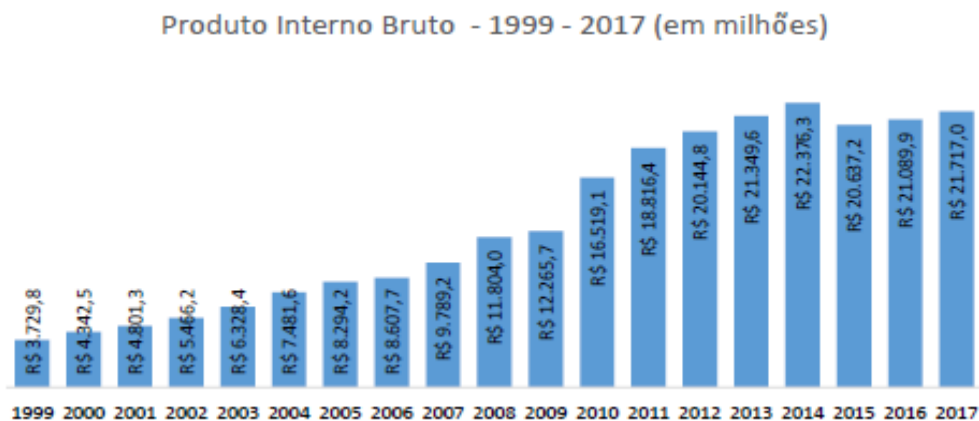
Figura 10- Valor Adicionado Bruto (2007-2017)



Fonte: SEBRAE 2020

A figura mostra que a produtividade da economia teve apenas uma pequena retração nos anos de 2015 em diante pois acompanhou a crise nacional. Em 2014, ano que alcançou o maior patamar, chegou a ter o PIB a preços correntes na casa de R\$ 22.376,3 bilhões.

Figura 11- Produto Interno Bruto a preços correntes 1999-2017



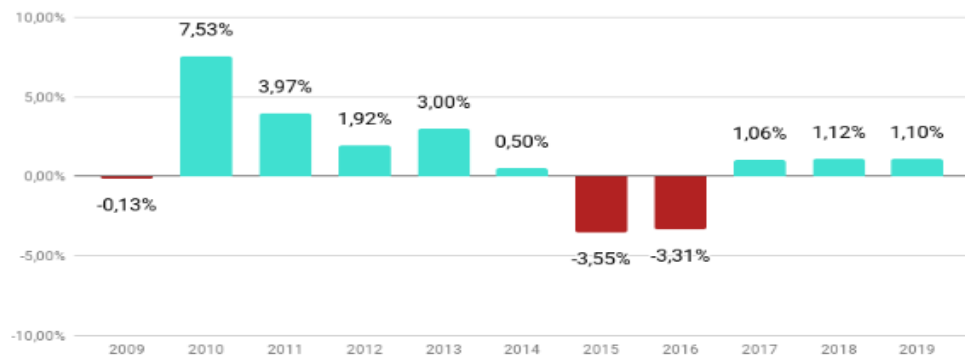
Fonte: SEBRAE 2020

A figura acima que no século XXI a produtividade de Caxias do Sul teve

crescimento constante como demonstra o PIB a preços correntes. Teve apenas uma pequena queda a partir de 2015 devido à crise econômica nacional que interferiu parcialmente na economia caxiense.

Figura 12- Variação % do PIB do Brasil 2009-2019

Gráfico histórico do PIB do Brasil de 2009 a 2019



Fonte: IBGE

Na variação do PIB brasileiro demonstra que o PIB chegou a números negativos em 2009 por causa da crise internacional, mas não foi muito forte. Uma queda maior ocorreu em 2015 e 2016 devido a uma crise política nacional.

Percebe-se que apesar das crises nacionais e a produção da cidade ter acompanhado com algumas retrações, as crises nacionais tiveram pouca influência sobre a economia da cidade que cresce a ritmos constantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar quais as principais fases de expansão e retração da economia brasileira, seus principais ciclos trazendo este estudo para a cidade de Caxias do Sul. Procurando entender quais seus principais ciclos econômicos.

O estudo iniciou com a teoria sobre os ciclos econômicos, onde abordou-se o que o ciclo econômico é um conjunto de pequenas variações e mudanças que ocorrem na economia em determinados setores específicos, a junção destas mudanças tende a produzir as flutuações cíclicas. Variáveis significativas como inflação, deflação, desemprego entre outros, podem interferir diretamente nos ciclos e apresentam uma relação com taxas de crescimento econômico e desemprego.

Percebe-se na história econômica do Brasil uma grande crise na década de 30 que foi impulsionada pela crise internacional chamada de “A Grande Depressão”. No Brasil a demanda por café diminuiu, foi então que o Governo brasileiro investiu na industrialização e economia interna, em 1931 o PIB teve queda. Da era Vargas até o final da ditadura militar o Brasil seguiu crescendo com sua produtividade cada vez maior apesar da inflação alta, de 1943 até 1980 o Brasil não teve PIB negativo.

A outra grande crise ocorreu nos anos 80, considerada a década perdida por causa da alta inflação, endividamento externo elevado e o choque do petróleo em 1981, o PIB com queda em 1981 e 1983. Anos 90 teve pouco crescimento no PIB, foi mais uma reestruturação na economia, apesar do que ocorreu no Plano Collor com o congelamento dos ativos que teve uma queda brusca no PIB no ano de 1990.

A partir do ano de 2000 a crise internacional de 2008 teve pouca influência na economia brasileira, ocorrendo uma crise maior em 2015 com o PIB negativo e em 2016 também, ocasionada por uma crise política.

Em Caxias do Sul destacam-se dois grandes ciclos econômicos: o ciclo do vinho e da industrialização. Estes continuam sendo referência na economia de Caxias de Sul. Percebeu-se no ciclo do vinho a produção e comercialização deste juntamente com a produção e comercialização da uva, tornou-se importante para a cidade e foi trazido esse sistema de agricultura pelas colônias de imigrantes.

Na década de 30 com o programa de substituição de importações da era

Vargas beneficiou a economia local e fortaleceu a agricultura e indústria de bens não duráveis de Caxias do Sul. A economia de Caxias acentuou seu caráter regional. Nos anos 50 até 70 com os incentivos do governo nacional para as indústrias fez com que aumentasse o polo industrial na região.

A partir de 1974 o governo prioriza as exportações e novamente a indústria de Caxias se beneficia pois já comercializa para o exterior. A estagnação dos anos 80 e a reestruturação dos anos 90 não provocou defasagem relevante entre a economia Caxiense e a do país. Embora tenha reduzido sua participação em setores tradicionais conquistou muitos investimentos (inclusive externos) e apresentou comportamento dinâmico. Nos anos 80 o eixo Porto Alegre-Caxias detinha de metade da renda interna do estado. Na década perdida Caxias manteve sua posição de destaque no estado no setor industrial e no setor primário manteve estável a sua participação com destaque para o cultivo da uva.

Caxias do Sul detém do segundo maior PIB do estado do Rio Grande do Sul, possui o segundo maior polo metalomecânico do país e está entre as dez cidades da Serra Gaúcha que mais produzem uva e vinho do país.

Por fim, confirma-se parcialmente a hipótese principal de que os ciclos econômicos nacionais interferem de maneira significativa e direta na economia Caxiense apesar de a economia de Caxias ser forte e diversificada, sofrendo pouca influência com as crises nacionais que ocorrem ao longo da história. Acompanhando a crise nacional apenas em 2015 que teve uma pequena queda em sua produtividade. Anos anteriores a esse a economia da cidade cresceu a períodos constantes.

Deve-se esse sucesso econômico à diversificação de sua economia que não está focada apenas em um segmento, agricultura, indústrias e outros segmentos como serviços são fortes, também através do dinamismo industrial que contribuiu. Embora os reflexos econômicos das crises nacionais inclusive a dos anos 80 tenham se feito sentir, a região não teve a sua trajetória gravemente comprometida em função disso.

Não se pode deixar de observar que o desenvolvimento local onde sistemas produtivos localizados e distritos industriais, ou seja, instituições e autoridades locais exercem seu próprio papel econômico, independente do estado central. A

economia local busca seu dinamismo de fatores que lhes são próprios, estando fortalecida entre si.

O presente trabalho não tem como intuito esgotar todo o assunto sobre a influência dos ciclos econômicos nacionais sobre a cidade, mas sim servir de base para futuros trabalhos e estudos relacionados com esse assunto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2013. *E-book*

BERGAMASCHI, Heloisa Delia Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920/1945**. Caxias do Sul: Educs, 2005

BOYES, William; MELVIN, Michael. **Introdução à Economia**. São Paulo, SP. 2006. ISBN 85-0810614-9

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia Desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. 2016. ISBN (versão digital): 978-85-352-6778-5. *E-book*

BRUE, Stanley L. e GRANT, Randy R. **História do Pensamento Econômico**. 2ª Ed. São Paulo, SP. 2017. ISBN 978-85-221-2622-4. *E-book*

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 24.ed. Ijuí, RS.2005. ISBN 85.326.0220-07

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. Do. (Org.). **Caxias centenária**. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 313-344.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. Porto Alegre: EST, 1998

DIÁRIO FINANCEIRO. **Ciclos Econômicos**. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/ciclos-economicos/>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

ESTEY, J.A. **Ciclos Econômicos**. São Paulo, SP. 1965

FRANCO, Álvaro. Abramo já tocou... ou **A epopéia de um imigrante: ensaio biográfico**. 2. ed. São Paulo: Ramos Franco, 1943.

GIAMBIAGI, Fabio... [et. al.]. **Economia Brasileira Contemporânea:(1945-2015)** 3ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. 2016. ISBN: 978-85-352-6793-8. *E-book*

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal; UCS; Porto Alegre: EST, 1977**

GLEISER, Ilan. **A evolução do pensamento econômico: risco e retorno em ciclos econômicos**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013. ISBN 978-85-216-2248-2. *E-book*.

GREMAUD, Amaury Patrick...[et al.] **Economia Brasileira Contemporânea**. 8ª Ed. São Paulo, SP. 2017. ISBN: ISBN 978-85-970-1019-0. *E-book*

HERÉDIA, Vania B. Merlotti. **A economia imigrante no desenvolvimento da cidade**. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto F. F. Fo (Org.). Caxias centenária. Caxias do Sul: 2010. p. 115-131.

HERÉDIA, Vania B. Merlotti. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

KRUGMAN, Paul e WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3ª Ed. São Paulo, SP. 2008. ISBN (versão eletrônica): 978-85-352-7622-0. *E-book*

LACERDA, Antonio Corrêa ...[et al.]. **Economia Brasileira**. 6ª Ed. São Paulo, SP. 2018. ISBN: 978-85-472-3177-4. *E-book*

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira **Economia Brasileira Fundamentos e Atualidade: inclui os governos Lula e Dilma** 5ª Ed. São Paulo, SP. 2017. ISBN: ISBN 978-85-970-1015-2. *E-book*

LASSANCE, Ernesto. **O Rio Grande do Sul 1908**. Imprensa Nacional. RJ

LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul, RS: Educus; São Leopoldo, RS: EST, 1981. (Coleção imigração italiana, 42)

LIMA, Gilberto Tadeu e SICSÚ, João. **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo**. 1ª Ed. Barueri, SP. 2003. ISBN: 978-85-204-4290-6. *E-book*

LOPES, Luiz Martins ...[et al.]. **Macroeconomia: teoria e aplicações de política econômica**. 4ª Ed. São Paulo, SP. 2018. ISBN 978-85-970-1755-7. *E-book*

LOZADA, Gisele; NUNES, Karida da Silva. **Metodologia Científica**. Porto Alegre, RS:SAGAH, 2018.ISBN 978-85-9502-957-6. *E-book*

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Abel; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: 100 anos de história 1901-2001**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MITCHELL, Wesley C. **Os Ciclos Econômicos e suas Causas**. São Paulo, SP. 1984

OLIVEIRA, Roberson Campos e GENNARI, Adilson M. **História do Pensamento Econômico**. 2ª ed. São Paulo, SP. 2019 ISBN 978-85-7144-014-2 *E-book*

PEREIRA, Luis C Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 11. ed. São Paulo, SP. 1972

PIRES, Marcos Cordeiro...[et al.]. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula** 1ª Ed. São Paulo, SP. 2010. ISBN: 978-85-0210968-1. *E-book*

RADÜNZ, Roberto e HERÉDIA, Vania. **140 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. 2015. ISBN 978-85-221-2622-4. *E-book*

RIBEIRO, Cleudes Piazza. **A Imigração Italiana na Serra Gaúcha**. EDUCS, 1992
SILVA, Tudio dos Reis. **A história do crescimento urbano de Caxias do Sul: do milagre econômico à redemocratização**. Caxias do Sul, RS. 2018. ISBN: 978-85-7061-904-4.

SIMONSEN, Mario Henrique e CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 4ª Ed. São Paulo, SP. 2009. ISBN 978-85-224-5565-2. *E-book*

ZORZI, Isidoro. **Elementos para um estudo da marginalização urbana em Caxias do Sul**. Chronos, Caxias do Sul, v. 3, n. 3, p. 47-66, jan. 1970.

Artigos

BALDISSEROTTO, Maria Helena Delia Giustina. **O processo de industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas implicações espaciais (1875-1930)**. 1995
Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1995.

BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. **Sobre o desenvolvimento da região de Caxias do Sul**. FEE, 2002.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Apontamentos para uma história econômica de Caxias do Sul: de colônia a município**. Cadernos de Pesquisa, Caxias do Sul, RS, v. 2, n. 2, p. 33-58, dez. 1993.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processos de trabalho e implicações tecnológicas: um estudo sobre a indústria de transformação no município de Caxias do Sul**. Coletânea: Cultura e Saber, Caxias do Sul, RS, v. 3, n. 1, p. 1777, out. 1999.

SALES, Fabiana de Lima. **O desenvolvimento econômico de Caxias do Sul na perspectiva do acervo do Museu Municipal**. Caxias do Sul- RS, 2006.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008

ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. **As Festas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): Historicidade, mensagens, memórias e significados**. Caxias do Sul – RS, 2013.

